



Relatório de Gestão 2019

Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – Coren-SP

Alameda Ribeirão Preto, 82 • Bela Vista • São Paulo • 01331-000 • (11) 3225-6300 • gabinete@coren-sp.gov.br • www.coren-sp.gov.br

Relatório de Gestão 2019



Coren^{SP}
Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo

Sumário

	Carta do Presidente em Exercício	04
	Capítulo 1 – Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo	
	Visão Geral	06
	Modelo de Negócios/ Cadeia de Valor.....	08
	Estrutura Organizacional.....	09
	Capítulo 2 – Governança, Estratégia e Alocação de Recursos	
	Governança.....	12
	Estratégia.....	15
	Alocação de Recursos.....	17
	Capítulo 3 – Riscos, Oportunidades e Perspectivas	
	Controle de Riscos.....	19
	Riscos e Relação com Objetivos Institucionais.....	20
	Mitigação de Riscos.....	21
	Capítulo 4 – Resultados e Desempenho da Gestão	
	Atuação Institucional.....	23
	Eficiência Operacional.....	35
	Infraestrutura e Tecnologia.....	38
	Gestão Orçamentária Financeira.....	39
	Gestão de Pessoas.....	48
	Gestão de Licitação e Contratos.....	50
	Gestão Patrimonial e Infraestrutura.....	52
	Gestão de Custos.....	55
	Capítulo 5 – Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis	
	Declaração do Contador.....	57
	Balanço Patrimonial	59
	Demonstração das Variações Patrimoniais.....	60
	Balanço Orçamentário.....	61
	Balanço Financeiro.....	62
	Demonstrativo de Fluxo de Caixa.....	64
	Notas Explicativas.....	66
	Créditos	80

Carta do Presidente em Exercício



O Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo - Coren-SP apresenta em seu relatório de gestão 2019, no formato de relato integrado, o desempenho financeiro no exercício e os esforços da gestão realizados em todas as áreas do Conselho.

A apresentação do relatório obedece ao disposto no parágrafo único do art.70 da Constituição Federal, e o conteúdo foi elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010 e DN TCU nº 178/2019.

O Coren-SP tem um compromisso de transparência com a enfermagem paulista e esse lema é refletido diretamente em toda a organização institucional do conselho.

O ano de 2019 demonstrou o amadurecimento e os reflexos das ações planejadas e executadas ao longo dos meses. Pudemos observar que a reestruturação de procedimentos, a abertura de novas unidades de atendimento, a diversidade de formas de comunicação e o rigor das inspeções de fiscalização aproximaram os profissionais de enfermagem do Coren-SP e também demonstraram uma gestão eficiente e adequada do erário.

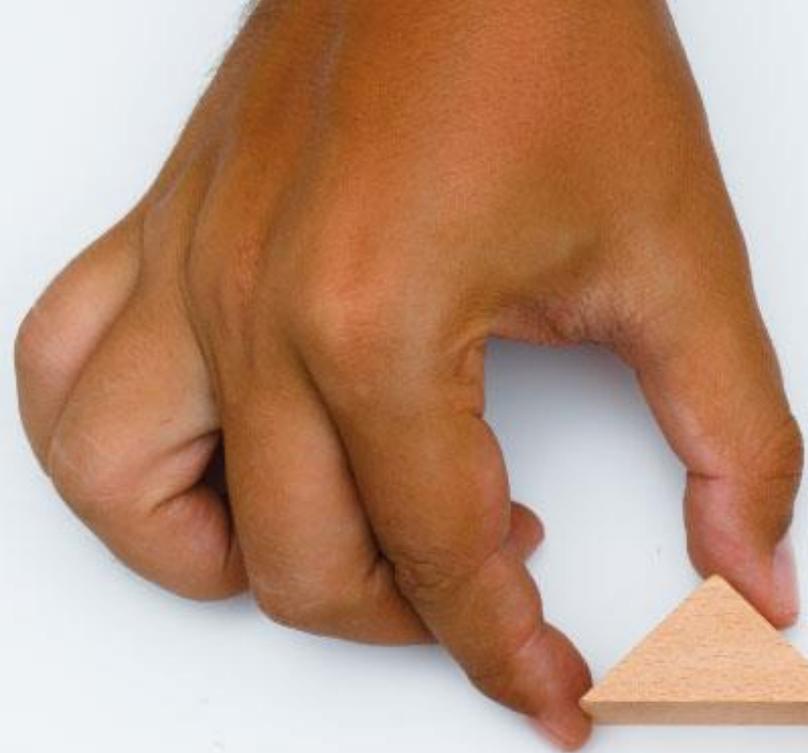
A enfermagem tem papel crucial no sistema de saúde brasileiro e o Coren-SP, consciente dessa responsabilidade e de sua atuação próxima e presente aos profissionais paulistas, preza pela regularidade e pela eficácia de todas as suas ações. Afinal, o estado de São Paulo representa cerca de um quarto de toda a enfermagem brasileira e os esforços, que são constantes, não podem arrefecer.

Este relatório traz os principais resultados de todo esse trabalho desenvolvido em 2019, detalhado em números e em análises que refletem a busca contínua por uma prestação de serviços adequada e focada na legalidade.

Assinatura manuscrita de Cláudio Luiz da Silveira.

Cláudio Luiz da Silveira

Presidente em Exercício do Coren-SP



1

Visão geral organizacional e ambiente externo

- Visão Geral
- Modelo de Negócios/Cadeia de Valor
- Estrutura Organizacional

Visão Geral

○ Coren-SP foi criado nos termos da Lei nº 5.905 de 12/05/1973, e está vinculado ao Conselho Federal de Enfermagem – Cofen. Tem a finalidade de disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de enfermagem, realizar o julgamento e a aplicação de penalidades nos casos de infração ao Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, além do cumprimento a observância de seus princípios éticos e profissionais.

Assim, cabe ao Coren-SP organizar o sistema de fiscalização do exercício da profissão de enfermagem no estado de São Paulo, cumprir e fazer cumprir a legislação por meio, principalmente:

- Análise e concessão de registro profissional para enfermeiros, obstetrizas, técnicos e auxiliares de enfermagem;
- Registros das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART);
- Deliberações sobre infrações éticas, processos de imposição de penalidades e multas;
- Demais assuntos relativos ao exercício das profissões abrangidas pelo Sistema Cofen/ Conselhos Regionais de Enfermagem.

Nossos Canais de Comunicação



Fale Conosco

www.coren-sp.gov.br/fale-conosco



Ouvidoria

www.coren-sp.gov.br/ouvidoria
0800-77-26736



Facebook

www.facebook.com/corensaopaulo



Instagram

@corensaopaulo



YouTube

www.youtube.com/tvcorensp



Twitter

twitter.com/corensaopaulo



Acesso à Informação

ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia

Visão Geral

Abaixo destacam-se os diretores do Coren-SP do triênio 2018-2020 <https://portal.coren-sp.gov.br/sobre-o-coren-sp/diretoria/>



Renata Andrea Pietro Pereira Viana
Presidente Licenciada



Cláudio Luiz da Silveira
Presidente em Exercício



Eduarda Ribeiro dos Santos
Primeira Secretária



Paulo Cobellis Gomes
Segundo Secretário



Jefferson Erecy Santos Caproni
Primeiro Tesoureiro



Edir Kleber Bôas
Segundo Tesoureiro



Nossa missão

Fiscalizar e disciplinar o exercício profissional da enfermagem amparado por requisitos éticos e legais.

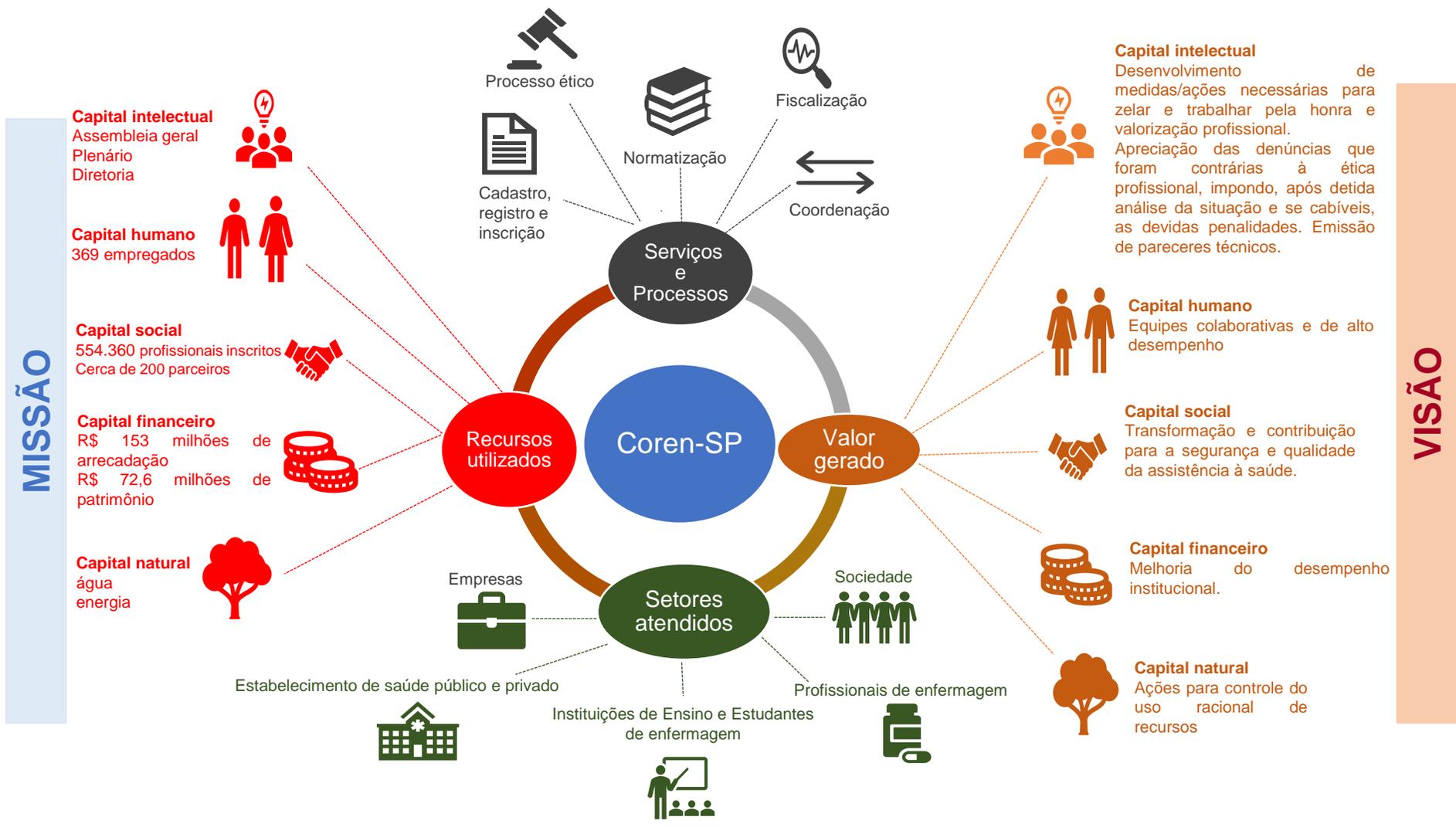
Nossa visão de futuro

Ser uma autarquia de destaque na fiscalização profissional, reconhecida pela celeridade e modernidade e comprometida com a valorização do profissional de enfermagem.

Atributos de valores para a sociedade

Ética, Eficiência, Transparência, Acessibilidade, Modernidade, Comprometimento, Responsabilidade, Profissionalismo, Credibilidade, Inovação e celeridade.

Modelo de Negócios / Cadeia de Valor



Estrutura Organizacional

Possuímos jurisdição em todo o território do estado de São Paulo, com sede e foro na respectiva capital.

O estado de São Paulo possui uma área territorial total de 248.222 km², com aproximadamente 46,6 milhões de pessoas e 645 municípios, sendo que no sistema informatizado do Coren-SP existem 18.404 instituições cadastradas com 108.609 profissionais vinculados.

Estamos presentes em vários municípios do estado em duas formas:

- Subseções: unidades descentralizadas para atendimento presencial dos profissionais de enfermagem e execução das atividades de fiscalização junto aos serviços de saúde;
- NAPEs: núcleos de atendimento ao profissional de enfermagem que realizam somente o atendimento presencial dos profissionais de enfermagem, não havendo atividades de fiscalização.

<https://portal.coren-sp.gov.br/fale-conosco/enderecos/>

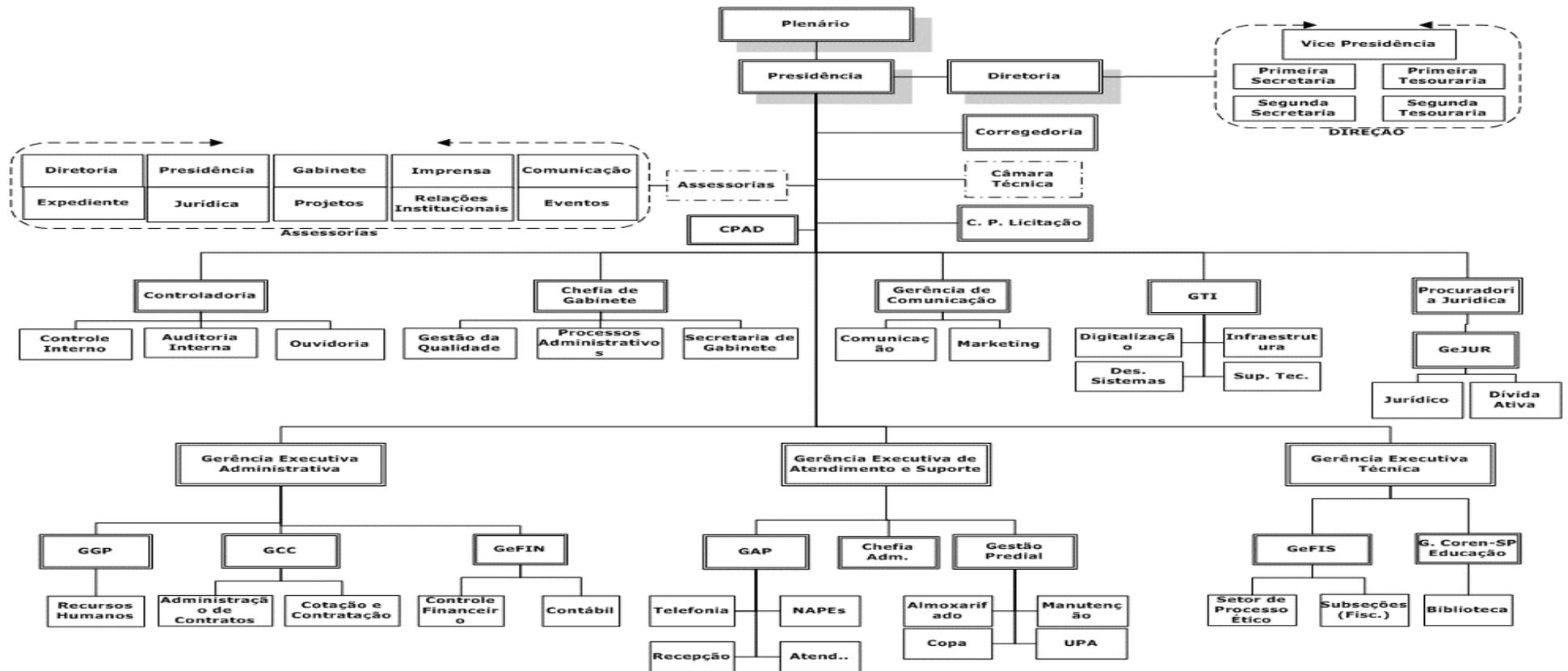
Em 2019 possuíamos 554.360 profissionais inscritos com registro ativo (134.013 enfermeiros, 218.363 técnicos de enfermagem, 201.486 auxiliares de enfermagem, 269 obstetrias e 229 atendentes de enfermagem). Vale ressaltar que o número de inscrições ativas não corresponde ao número real de profissionais vinculados a um serviço de saúde, e que este número pode sofrer alterações diretas mediante aumento ou diminuição dos postos de trabalho, bem como da quantidade de egressos das instituições de ensino superior e técnico.

<https://portal.coren-sp.gov.br/enfermagem-numeros-dados.php>



Estrutura Organizacional

Abaixo apresentamos de forma esquematizada a estrutura organizacional do Coren-SP Gestão 2018-2020 - Aprovado na 1065 ROP, de 14/02/2019) : <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/30033/download/PDF>



2 Governança, estratégia e alocação de recursos

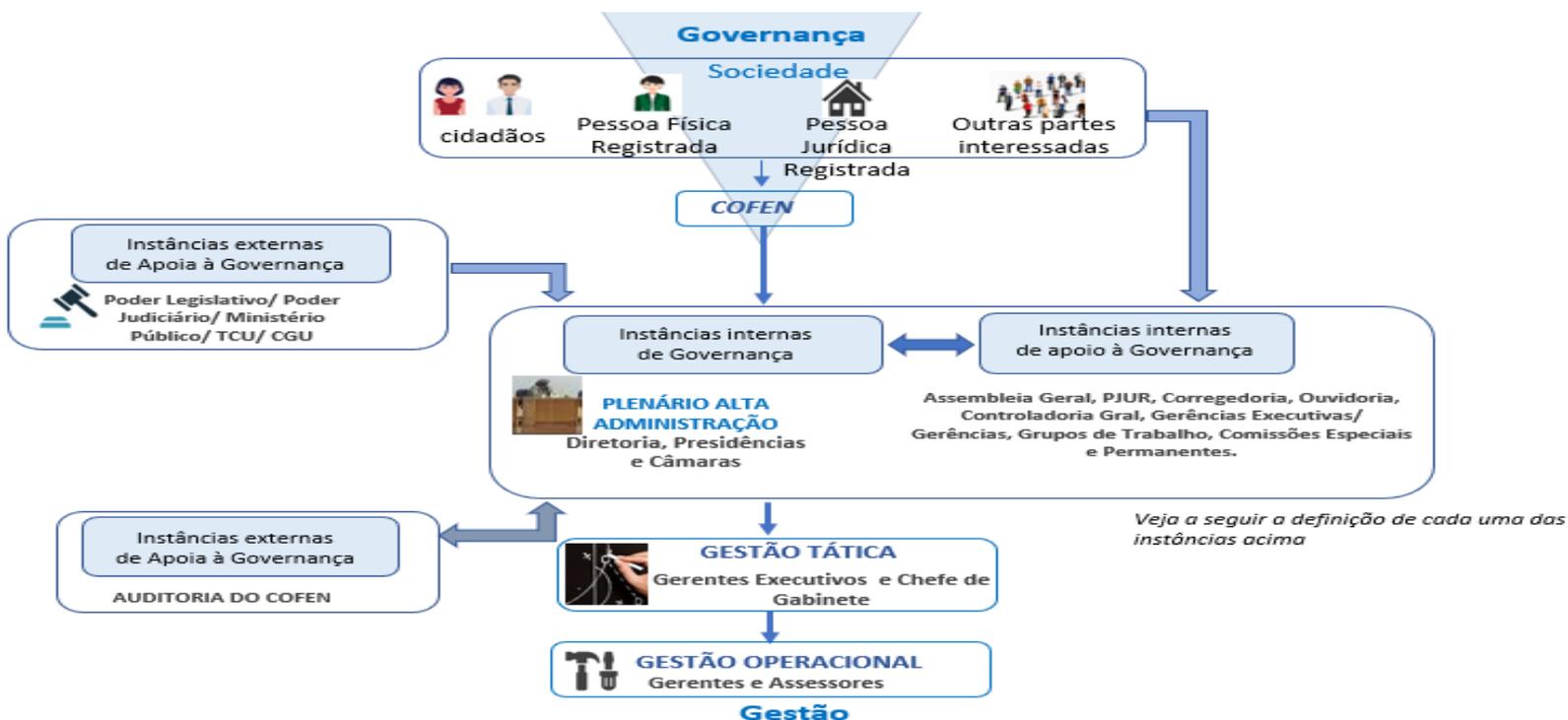
- Governança
- Estratégia
- Alocação de Recursos



Governança

O conceito de Governança Pública, segundo o Decreto 9.203/17, é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle colocados em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com objetivo de conduzir as políticas públicas e a prestação de serviços de interesse da sociedade.

A governança vista de forma objetiva é tudo o que uma dada Instituição faz para garantir que as ações praticadas tenham o objetivo de melhorar a organização pública e tornando-a mais preparada para sua missão institucional.



Governança - Principais Instâncias Internas de Governança

Temos autonomia administrativa, financeira, patrimonial, orçamentária e política, sem qualquer vínculo funcional ou hierárquico com os órgãos da Administração Pública.

Somos compostos por 21 (vinte e um) Conselheiros e igual número de Suplentes, todos de nacionalidade brasileira, na proporção de 3/5 (três quintos) de enfermeiros e 2/5 (dois quintos) das demais categorias de Enfermagem regulamentadas em Lei, em número sempre ímpar, sendo sua fixação determinada pelo Conselho Federal de Enfermagem - Cofen. O mandato dos nossos Conselheiros é honorífico e possui duração de três anos, admitida uma reeleição consecutiva.

Possuímos a seguinte estrutura organizacional: I – Assembleia Geral constituída pelos profissionais inscritos, II – Plenário, órgão deliberativo, III – Diretoria, órgão executivo. <https://portal.coren-sp.gov.br/sobre-o-coren-sp/conselheiros/>

Considerando que os cargos dos Conselheiros e dirigentes dos Conselhos Profissionais são honoríficos, o Coren-SP torna viável a participação de seus membros em reuniões e demais atividades por meio do pagamento de passagens, diárias, verbas de representação e jetons com o objetivo de indenizar as despesas relacionadas com hospedagem e alimentação.



Governança - Instâncias Internas de Governança

Procuradoria Jurídica - PJUR

Responsável por garantir a regularidade dos atos praticados pelo Coren-SP e pela observância dos princípios constitucionais e legais que regem a Administração Pública.

Corregedoria

Órgão técnico e operacional responsável pela prevenção e apuração de irregularidades administrativas, e pelo desenvolvimento das atividades de correção no âmbito do Coren-SP.

Ouvidoria

Canal de comunicação entre os profissionais de Enfermagem, a sociedade, o público interno e a instituição para fazer solicitações, reclamações, denúncias, dar sugestões, fazer elogios, entre outras informações.

Controladoria Geral

Constitui-se em órgão de assessoramento técnico da Diretoria e Plenário do Coren-SP, objetivando controlar as atividades administrativas, orçamentário-financeira, contábil e patrimonial.

Gerências Executivas/Gerências

Órgãos de assessoramento técnico da Diretoria e Plenário do Coren-SP, com vistas ao auxílio estratégico das rotinas administrativas das áreas chaves.

Comissões

Auxiliam o Plenário do Coren-SP no desenvolvimento de atividades contínuas relacionadas a temas específicos de caráter legal, técnico ou administrativo.

Grupos de Trabalho

Possuem caráter temporário com a finalidade de subsidiar a diretoria, Plenário e outras áreas do Conselho por meio da realização de estudos de temas específicos para apresentar entendimentos e propostas.

Permanentes

Comissão de Orçamento
Comissão Permanente de Licitação
Comissão Permanente de Avaliação de Documentos
Comissão Permanente de Processo Administrativos

Especiais

Instituídas mediante as necessidades temáticas administrativas de forma pontual

Estratégia

Desde o ano de 2015 o uso do Planejamento Estratégico como ferramenta abrangente e eficiente de gestão tem sido implantado.

A concepção de um mapa estratégico teve como finalidade identificar as ações de conformidade necessárias para que os departamentos do Coren-SP melhorassem seus desempenhos. Conseqüentemente, a priorização das melhorias foi feita por um Comitê de Planejamento Estratégico que também estabeleceu o acompanhamento da evolução dos trabalhos por meio de reuniões semestrais de reportes com os responsáveis pelos departamentos, incluindo se necessário correções de rotas, repriorizações, adequações ao orçamento anual, projeções de receitas e aos investimentos planejados no Plano Plurianual.

Considerando que o ano de 2018 foi o primeiro ano da atual gestão, as bases utilizadas até então, foram consideradas e analisadas, a saber:

1- Priorização da imagem que o Conselho deseja demonstrar à **sociedade** e aos seus funcionários em termos de missão da instituição, visão de futuro e atributos de valor nos quais estão apoiados o seu funcionamento.

2-Identificação das conformidades necessárias para melhor fluidez dos **processos internos** de trabalho, aqueles que afetam todos os departamentos e o público alvo do Conselho;

3- Identificação das conformidades necessárias para melhorar os **recursos específicos** dos departamentos, sendo eles: Infraestrutura e Tecnologia, Financeiro, Controladoria, Gestão de Pessoas, Jurídico, Suprimentos, Administração Predial, Patrimônio e Almoxarifado.

No decorrer do ano de 2018, face à elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2019-2020, com vistas ao alinhamento orçamentário do momento, e vislumbrando as possíveis ações para o ano de 2019 as bases até então utilizadas foram revistas, e em consonância com o PPA foram reapresentadas, constituindo o planejamento estratégico que será implementado, e os objetivos anteriormente identificados foram analisados quanto à possibilidade de execução e então, realocados conforme as bases definidas.

Na próxima página apresentamos nossa estrutura de planejamento estratégico. <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/16721/download/PDF>

Estratégia - Objetivos

Nossa visão de futuro: Ser uma autarquia de destaque na fiscalização profissional, reconhecida pela celeridade e modernidade e comprometida com a valorização do profissional de enfermagem

Atuação Institucional

Aprimorar os diferentes tipos de comunicação com os públicos externo e interno, diversificando os canais de comunicação, utilizando linguagem clara e acessível e disponibilizando, com transparência, informações sobre a missão, visão e dados de desempenho do Coren-SP

Promover melhoria contínua da qualificação e formação dos profissionais inscritos para prestação de uma assistência segura

Melhorar o clima organizacional, elevando o comprometimento, a motivação e a satisfação dos colaboradores, resultando na melhora contínua do ambiente organizacional

Eficiência Operacional

Incentivar o desenvolvimento das competências dos colaboradores para aperfeiçoamento dos processos de trabalho, garantindo a celeridade dos atos administrativos, otimizando os custos e recursos humanos, observando os princípios norteadores da gestão pública do Coren-SP

Buscar a excelência na gestão por meio de atividades fiscalizatórias com ênfase no processo educativo e preventivo a fim de zelar por uma assistência de enfermagem segura para a sociedade e os profissionais de enfermagem

Infraestrutura e Tecnologia

Disponibilizar a infraestrutura, recursos materiais e tecnológicos necessários às atividades administrativas e fiscalizatórias, a fim de permitir o melhor desempenho, proporcionando condições de trabalho com saúde, segurança e preservação dos bens materiais e dos sistemas

Investir na atualização do parque Tecnológico, renovando a infraestrutura de TI (Equipamentos e Sistemas) e seu gerenciamento, de forma a garantir o desenvolvimento, o aperfeiçoamento e a disponibilidade dos sistemas essenciais ao funcionamento da Autarquia e à execução de sua estratégia

Alocação de Recursos

Valor efetivamente gasto com a função de fiscalização profissional

R\$ 25.079.047,68

R\$ 10.266.415,31

Valor gasto com as demais atividades finalísticas



Salários

R\$ 19.380.228,63

R\$ 6.883.123,96

Salários



Encargos

R\$ 2.769.498,92

R\$ 1.014.052,27

Encargos



Benefícios

R\$ 2.706.856,61

R\$ 2.320.434,39

Benefícios



Indenização Transporte

R\$ 114.846,12

R\$ 48.804,00

Outros Custos



Outros Custos

R\$ 107.617,70

Benefícios: VR, VA, VT, Assistência Médica, Reembolso Creche, Auxílio Filho Deficiente, Auxílio Funeral

Outros custos: Complementação INSS e Adicional PDV

Dados retirados do sistema de recursos humanos admrh.coren-sp



Valores Gastos com Conselheiros

DESPESA	R\$
Diárias Conselheiros	259.480,00
Jetons	719.495,00

3

Riscos, oportunidades e perspectivas

- Controle de Riscos
- Riscos e Relação com Objetivos Institucionais
- Mitigação de Riscos



Controle de Riscos

Nossa proposta de controle de riscos é baseada em três “camadas” que contribuem para que a organização possa atingir seus objetivos por meio do gerenciamento de riscos de forma padronizada e a consequente implementação de controles efetivos. Neste modelo, cada grupo de gestores que compõe as linhas de defesa desempenha um papel distinto no sistema de controle interno, de acordo com nossa estrutura de governança



Riscos e relação com objetivos institucionais

A gestão de riscos e controles internos prevê a valorização dos objetivos finais, possibilitando a revisão de processos com vista a garantir a prestação de serviços com qualidade, realizados com custos adequados, respeitando um planejamento prévio para garantir o uso de recursos com responsabilidade. Trata-se da prevenção de riscos inerentes à própria gestão, especialmente aos riscos oriundos da realização de várias operações.

Nosso Conselho ainda está em uma fase inicial em relação à elaboração de um fluxo de processo de avaliação de riscos, bem como a construção de um modelo estruturado de gestão de riscos.

No entanto, considerando nossas atividades é possível identificar ao menos dois núcleos de riscos:



Mitigação de Riscos

Mitigação dos riscos na eficiência operacional

- Garantia do cumprimento da legislação federal que dispõe sobre a exigibilidade da qualificação profissional e necessidade de arrecadação de tributo;
- Esforços de cobrança e negociação junto aos profissionais;
- Controle de realização de gastos mediante pré-empenho garantindo realização apenas de despesas e investimentos, pelos valores previamente orçados;
- Controle por meio de cronograma anual de desembolsos e monitoramento dos gastos com pessoal dentro dos limites da lei;
- Emissão de notas de análise quanto as prospecções de gastos e arrecadação;
- Controle de acesso físico às instalações e ampla política de cobertura de seguros;
- Ação de corpo jurídico efetivo destinado a consultoria prévia e independente em relação aos atos administrativos e de gestão;
- Atuação contenciosa judicial em defesa dos interesses da Autarquia;
- Prática da mediação por meio de central de conciliação;
- Monitoramento das ações e demandas da categoria junto aos órgãos de classe;
- Uso de política de segurança da informação;
- Implantação de comitê de TI;
- Rotina de backup dos dados gerados;
- Política de uso de ativos de TI.

Mitigação dos riscos de manutenção da integridade institucional

- Procedimentos de apuração para identificação de casos de condutas antiéticas e de danos ao erário;
- Ações permanentes de monitoramento de acesso a sistemas e pastas de rede;
- Controle do cumprimento ao estabelecido pela Lei de acesso à informação – LAI;
- Controle dos procedimentos de compras e aquisições por uso de fluxo definido por meio de norma interna;
- Realização de auditoria e controle interno pela Controladoria Geral;
- Acompanhamento e gestão dos canais de informação e mídia;
- Acompanhamento dos dados emitidos pela ouvidoria;
- Instituição do Comitê Interno de Governança, Integridade e Compliance <http://ouvidoria.cofen.gov.br/corensp/transparencia/portarias/?idDocumento=11614> (**PORTARIA COREN-SP/DIR/150/2019**)
- Instituição da comissão para planejamento e acompanhamento das diretrizes previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais <http://ouvidoria.cofen.gov.br/corensp/transparencia/portarias/?idDocumento=11614> (**PORTARIA COREN-SP/DIR/145/2019**)



4

Resultados e desempenho da gestão

- Atuação Institucional
- Eficiência Operacional
- Infraestrutura e Tecnologia
- Gestão Orçamentária e Financeira
- Gestão de Pessoas
- Gestão de Licitação e Contratos
- Gestão Patrimonial e Infraestrutura
- Gestão de Custos

Resultados da Gestão - Atuação Institucional

Panorama geral das ações de fiscalização

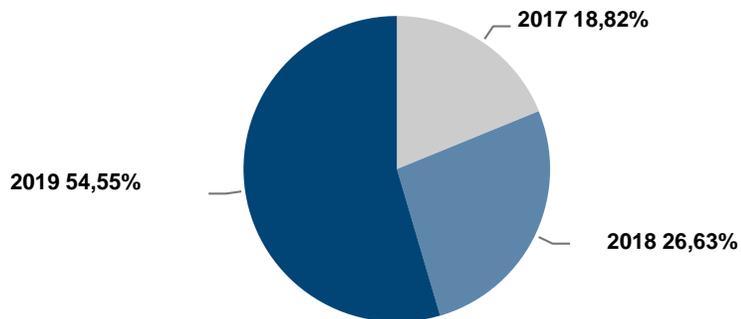
Trata-se do departamento responsável por fiscalizar o exercício da profissão nos locais onde existe a atuação de profissionais de enfermagem.

O ano de 2019 foi marcado por diversas reestruturações no processo de trabalho da equipe de fiscalização. Notam-se expressivas diferenças na produtividade dos últimos três anos.

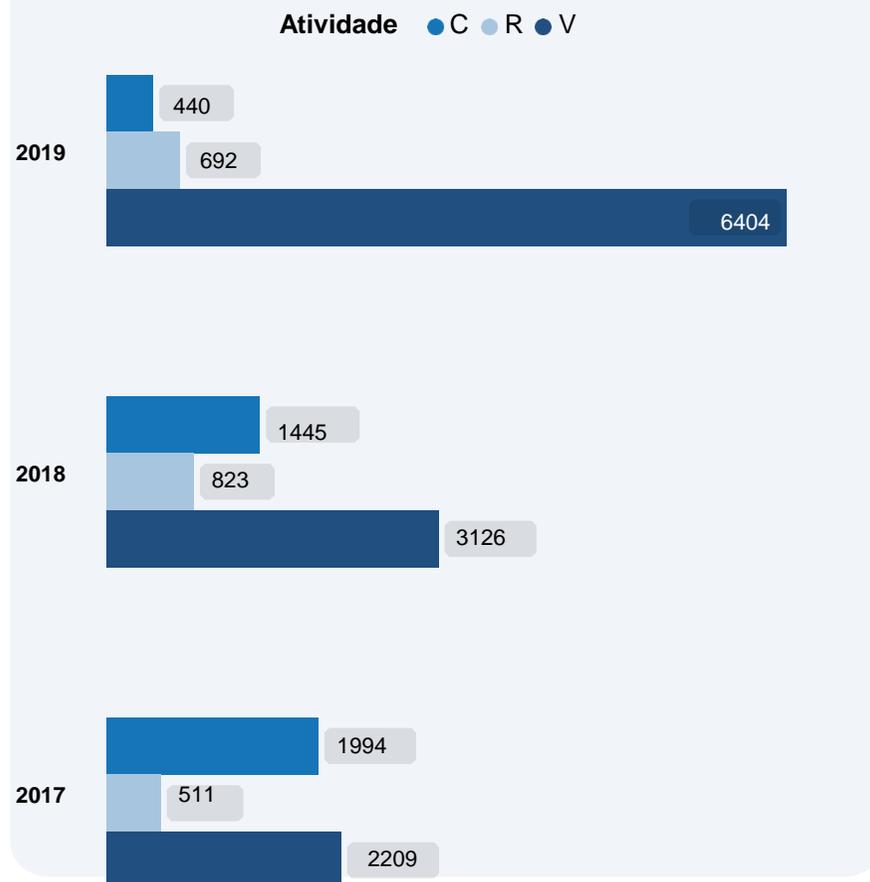
Destaca-se o aumento de 105% no total de inspeções - fiscalizações *in loco* - realizadas em 2019, em relação ao ano anterior. Em contrapartida, nota-se redução no número de convocações realizadas por fiscais.

Objetivando ampliar as ações de inspeção pelo estado, em 2019, a equipe de fiscalização foi redirecionada para execução de atividades externas, conforme produção evidenciada nos gráficos.

2019 concentrou mais inspeções do que os anos anteriores somados.



Distribuição das ações de fiscalização: convocações (C), reuniões (R) e inspeções (V)



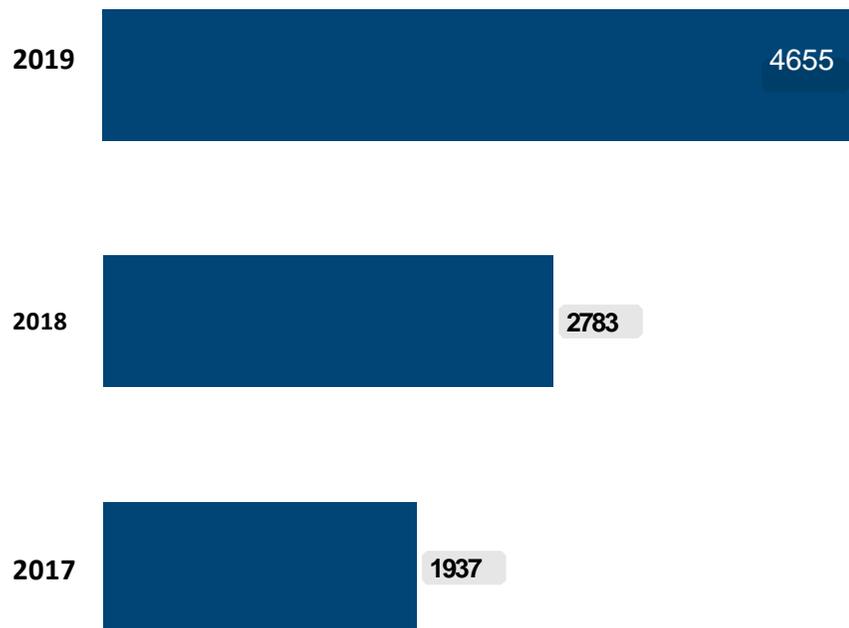
Resultados da Gestão - Atuação Institucional

Alcance das inspeções

Em 2019, houve maior abrangência das ações de inspeção.

Nota-se aumento de 48% no número de diferentes instituições fiscalizadas em comparação com 2018.

Quantitativo de diferentes instituições inspecionadas nos últimos anos.



Dos 645 municípios que compõem o estado de São Paulo, 78% foram fiscalizados ao longo de 2019, totalizando 506 cidades inspecionadas.



Foram abrangidos pelas ações de fiscalização 391.332 profissionais de enfermagem, considerando os profissionais vinculados à todas as instituições fiscalizadas em 2019, mediante listagem de profissionais cadastrada no sistema informatizado do Coren-SP.

Resultados da Gestão - Atuação Institucional

Produtividade da equipe de fiscalização

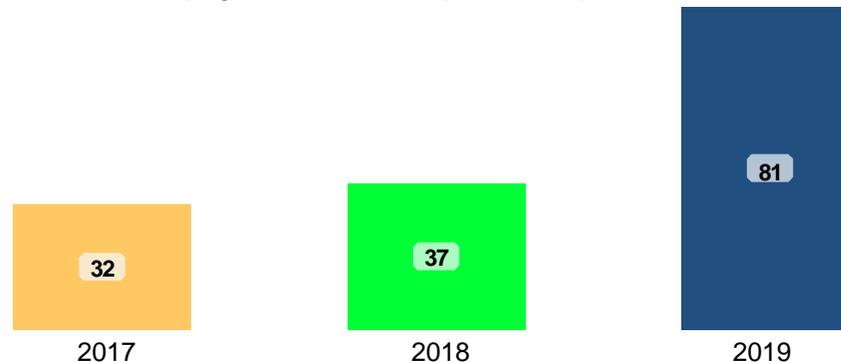
Número médio de inspeções realizadas por fiscal por ano

Ações de inspeção

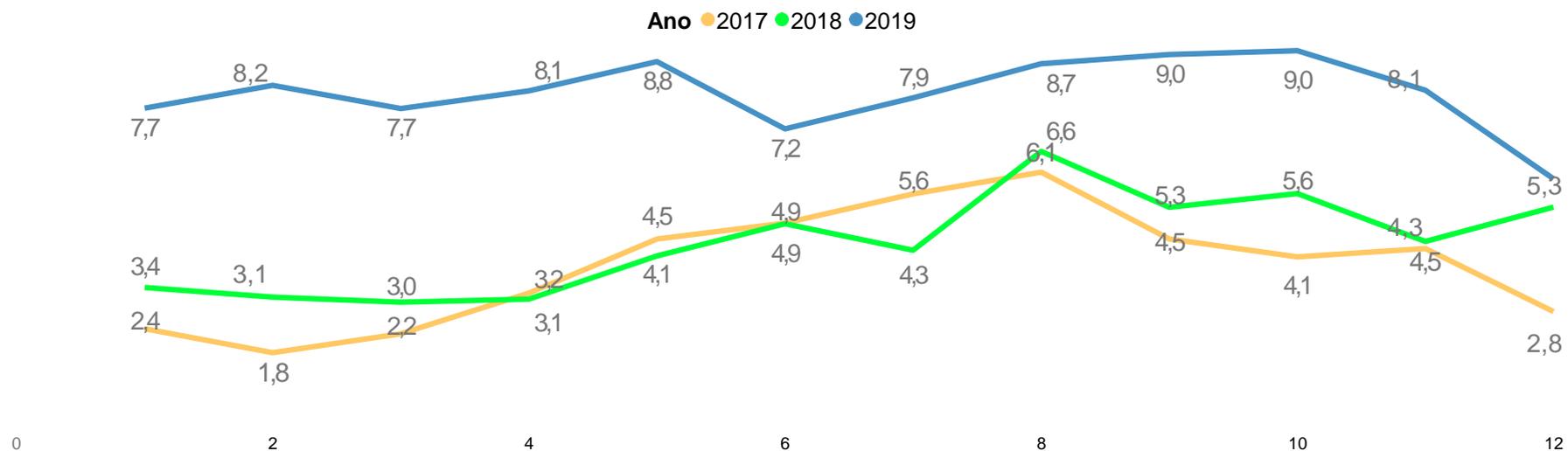
Nota-se que a média de inspeções realizadas por fiscal aumentou substancialmente nos últimos anos.

A média anual mostra aumento superior a 150% no número médio de inspeções por fiscal, quando comparado 2019 com 2017, conforme demonstrado no gráfico ao lado.

Tais resultados também estão detalhados por mês.



Em 2019, a média de inspeções por fiscal, por mês, manteve-se superior em todos os meses quando comparada aos anos anteriores.

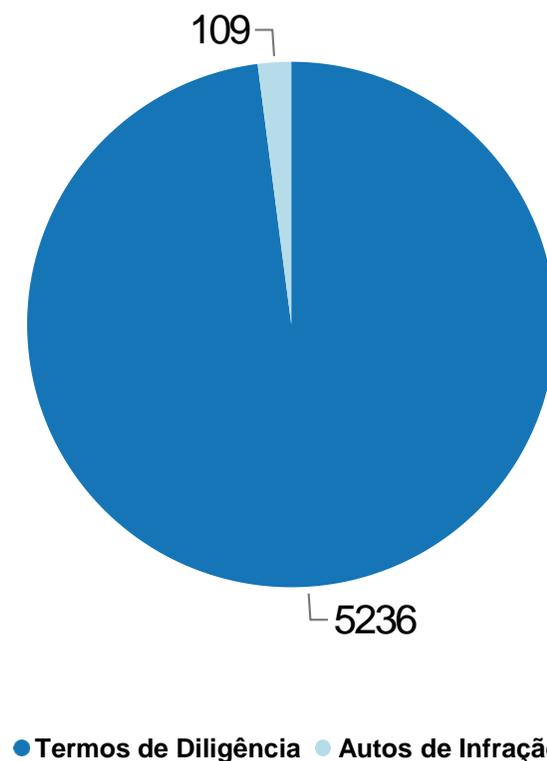


Resultados da Gestão - Atuação Institucional

Emissão de termos de diligência e autos de infração

- A Resolução Cofen nº 518/2016, vigente em 2019, determinava as condutas a serem adotadas durante os procedimentos de fiscalização e previa a aplicação de Termos de Diligência e Autos de Infração, aos profissionais de enfermagem, quando constatadas infrações à Legislação do Exercício Profissional e do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem.
- O Auto de Infração era aplicado quando havia manutenção de irregularidades lavradas previamente, em Termo de Diligência, ou à identificação de irregularidade/ilegalidade durante a prestação da assistência de enfermagem, segundo determinações específicas da resolução supracitada.
- Sendo assim, a equipe de fiscalização do Coren-SP, ao longo de 2019, autuou diversos profissionais de enfermagem no decorrer das ações de inspeção. O quantitativo de documentos emitidos consta discriminado no gráfico ao lado.

Documentos emitidos ao longo de 2019



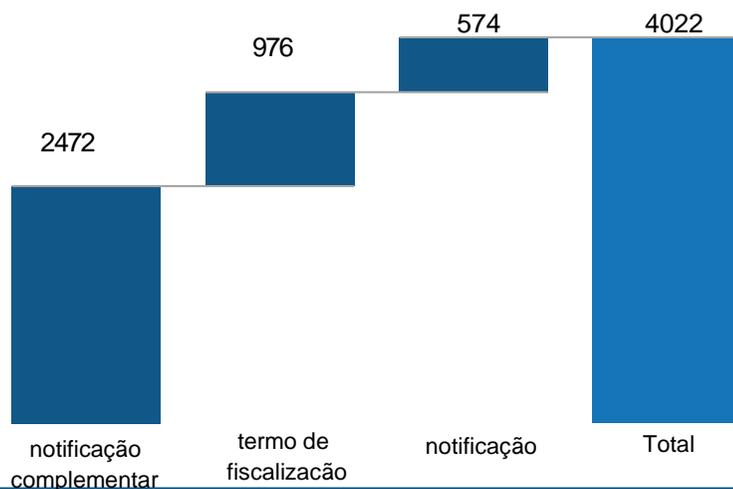
Resultados da Gestão - Atuação Institucional

Documentos lavrados em inspeções

A Resolução Cofen nº 518/2016 padronizava os documentos a serem lavrados ao final das inspeções, levando em consideração o tipo de ação executada e a situação encontrada *in loco*. As notificações eram emitidas em inspeções iniciais; as notificações complementares, em inspeções de retorno quando constatadas novas infrações; e os termos de fiscalização quando não haviam notificações envolvidas.

Foram emitidos 4022 documentos entre abril* e dezembro de 2019, sendo, aproximadamente, 62% de notificações complementares.

Quantidade de documentos lavrados após ações de inspeção



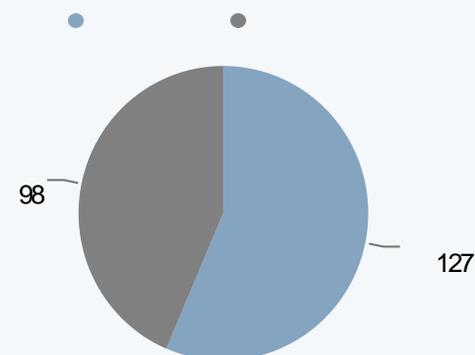
Conciliações

Dentre vários aspectos averiguados durante as inspeções, destaca-se a existência de quadro de pessoal de enfermagem suficiente para prestação de assistência segura e livre de danos. Uma das iniciativas que o Coren-SP adotou para atuar junto às instituições favorecendo o saneamento do déficit no quadro de profissionais de enfermagem, foi mediante ações de conciliação - método consensual para resolução de conflitos.

Foram realizadas 42 reuniões com representantes das instituições, de setembro de 2018 a novembro de 2019, as quais viabilizaram a contratação de 225 profissionais de enfermagem, conforme discriminado no gráfico abaixo.

Contratações de profissionais de enfermagem

Enfermeiros Auxiliares e Técnicos de Enfermagem



* Período em que essa informação passou a ser contabilizada no sistema informatizado do Coren-SP

Resultados da Gestão - Atuação Institucional

Processos Éticos

O setor de Processos Éticos do Coren-SP desenvolve uma das atividades finalísticas da Autarquia: disciplinar o exercício profissional da enfermagem.

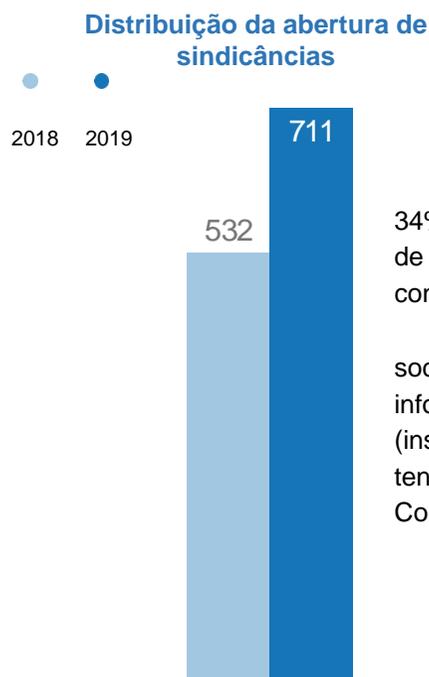
Isso se dá pela abertura de processos éticos em face de profissionais de enfermagem, para averiguar se agiram em desconformidade com o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e aplicar as penalidades cabíveis, conforme o disposto na Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973.

Os processos éticos são sempre instaurados após análise das sindicâncias que contenham denúncias com indícios de suposta prática de infração ética.

É o setor responsável pela organização e tramitação dos processos éticos, instaurados a partir de denúncias com indícios de suposta prática de infração ética, contra profissionais de Enfermagem.

Os processos éticos são instruídos por Comissões de Instrução nomeadas pela Presidência, e julgados pelos conselheiros do Coren-SP, de acordo com o Código de Processo Ético dos Conselhos de Enfermagem (<https://portal.coren-sp.gov.br/processo-etico-disciplinar>).

Durante o julgamento ocorre a deliberação do Plenário quanto à aplicação de penalidades previstas no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (<https://portal.coren-sp.gov.br/codigo-de-etica-dos-profissionais-de-enfermagem/>).



De 2018 para 2019 houve aumento de 34% na abertura de sindicâncias para averiguação de ocorrências éticas, cujos valores anuais constam discriminados no gráfico ao lado.

Esse aumento se deve ao fato da sociedade ter cada dia mais acesso às informações, permitindo que os denunciante (instituições, familiares, cidadãos em geral) tenham maior conhecimento da atuação do Coren-SP e enviem mais casos para apuração.

Resultados da Gestão - Atuação Institucional

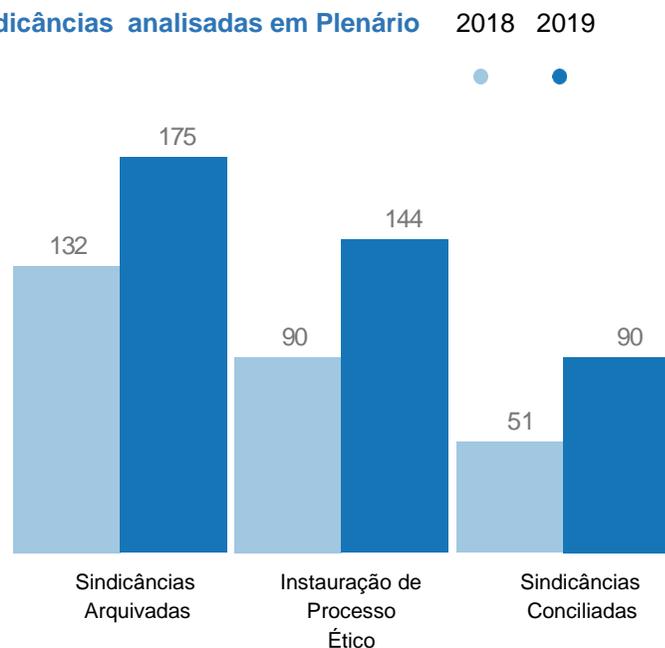
Sindicâncias

Nota-se o aumento de mais de 50% na análise de sindicâncias em 2019 quando comparado ao ano anterior.

Destaca-se também o aumento de 76,5% de sindicâncias conciliadas.

Considerando que o Coren-SP tem papel social fundamental na resolução de conflitos, foi priorizado esse manejo mediante as situações apresentadas.

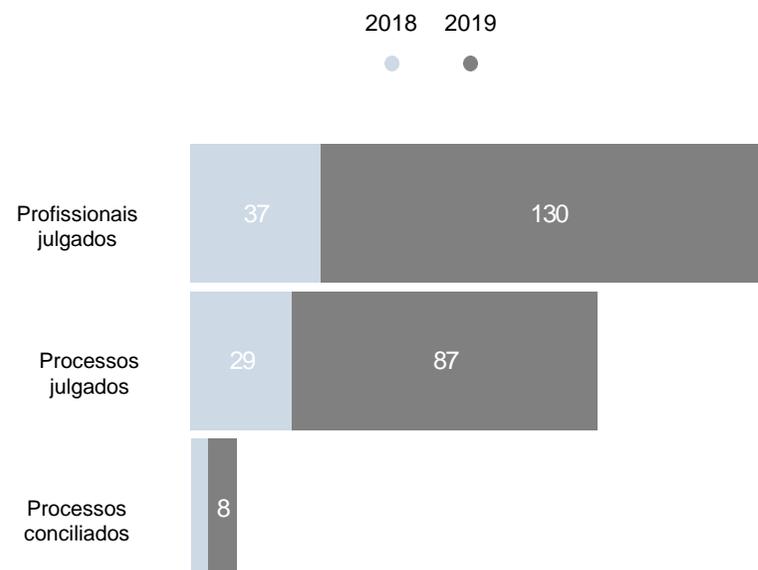
Sindicâncias analisadas em Plenário



Julgamentos

Os julgamentos de processos éticos têm como objetivo analisar a conduta ética dos profissionais de Enfermagem e definir se houve descumprimento dos artigos dispostos no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.

O quantitativo de processos julgados, bem como o número de profissionais de enfermagem envolvidos encontra-se discriminado no gráfico abaixo.



Resultados da Gestão - Atuação Institucional

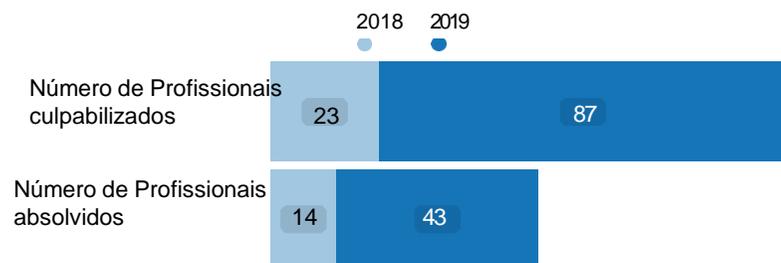
Absolvição, culpabilidade e penalidades*

Segue a distribuição dos resultados dos julgamentos realizados pelo Plenário nos anos de 2018 (Total de xxxxx) e 2019 (total de xxx).

Destaca-se que cerca de 62% dos profissionais julgados em 2018 foram culpabilizados. Houve comportamento semelhante em 2019, onde tal percentual atingiu cerca de 67%.

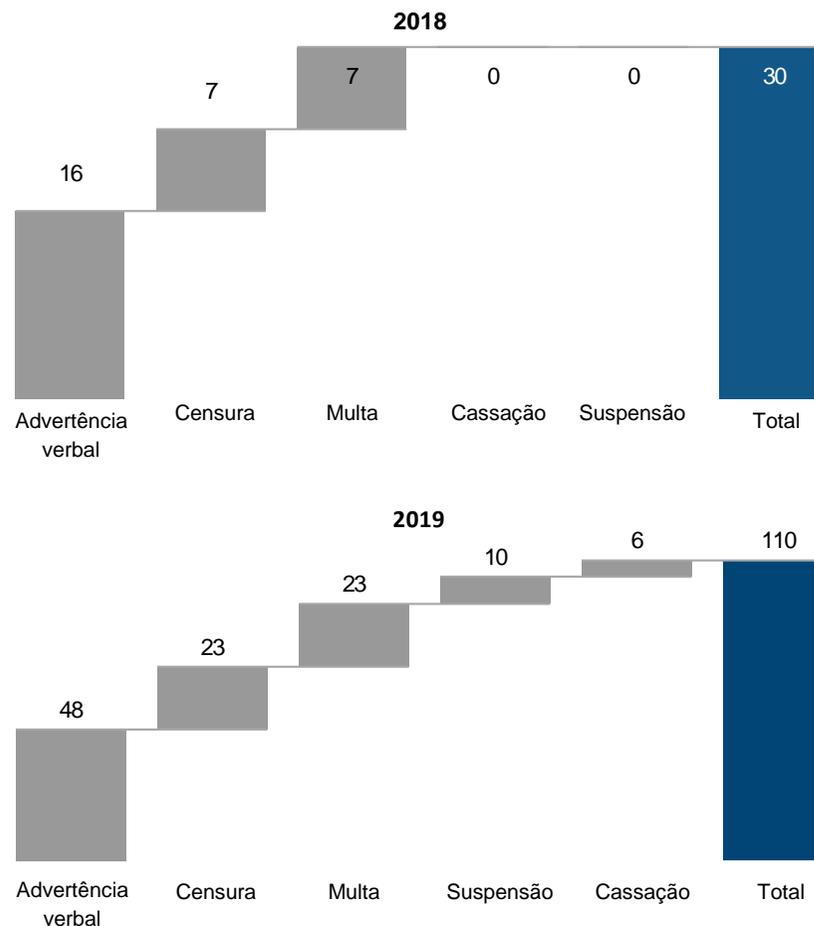
Nota-se que prevaleceram as penalidades de advertência verbal e censura, em ambos os anos, as quais corresponderam, em média, a 77% e 65% das sanções totais de 2018 e 2019, respectivamente.

Absolvição e culpabilidade



ANO	NÚMERO DE DENÚNCIAS RECEBIDAS
2018	532
2019	711

Distribuição comparativa da indicação de penalidades em primeira instância



* Média de tempo do transcurso de um processo ético desde a instauração até o trânsito em julgado: 732 dias (dado por amostragem)

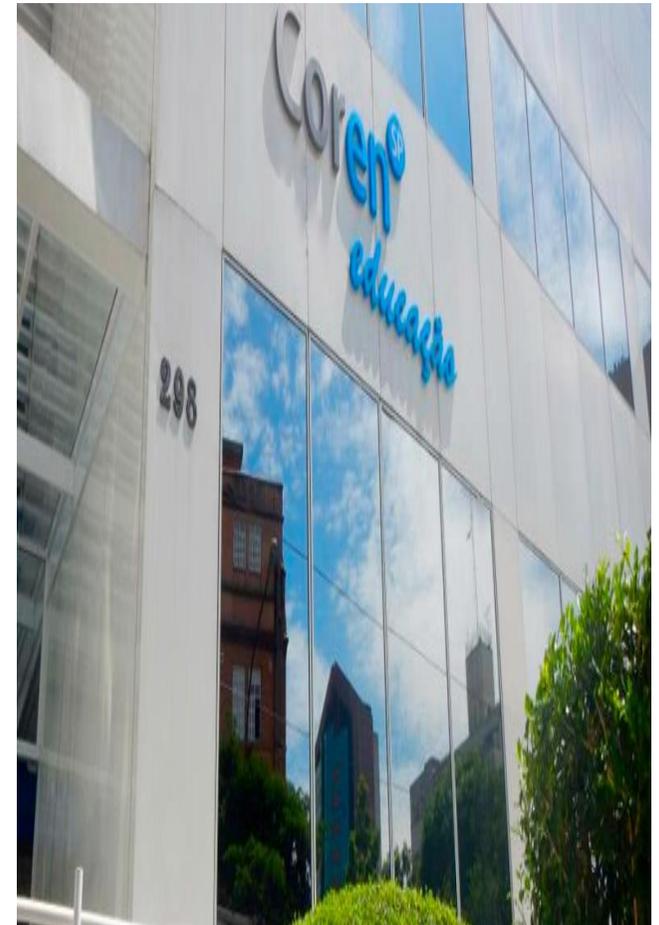
Resultados da Gestão – Atuação Institucional

Atividade educacional

O Coren-SP Educação é uma unidade que tem como escopo de atuação a realização de atividades de aprimoramento profissional de enfermagem de forma gratuita, atuando como ação conjunta à atividade fim da autarquia, considerando que tais ações subsidiam a qualificação de Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem, minimizando os riscos de danos causados pela indevida prática profissional e, assim, contribuindo de forma educativa nas ações de fiscalização e disciplina do exercício profissional. As atividades de aprimoramento profissional desenvolvidas na unidade são de duas espécies: as internas, que incluem palestras, aulas, oficinas, cursos, visitas monitoradas, e as externas, que incluem as cessões de espaço para a realização de treinamentos e demais atividades de cunho educacional destinado ao profissional de enfermagem.

Ainda, a estrutura conta como uma Biblioteca, que tem um acervo destinado aos temas ético-legais do exercício profissional de enfermagem, mantendo em sua carta de serviços a disponibilização de livros para consulta “in loco” e acesso a conteúdo científico via eletrônica.

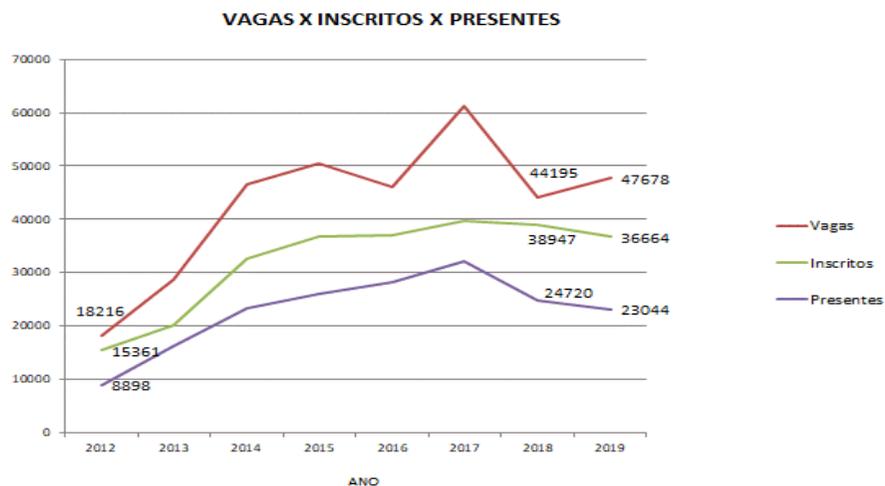
Para atendimento de suas ações, o Coren-SP Educação, unidade localizada na região central da capital de São Paulo, possui uma estrutura física composta por dois auditórios, um denominado como “Verde”, com 92 (noventa e dois) lugares, e um denominado “Vermelho”, com 155 (cento e cinquenta e cinco) lugares; uma Sala de Aula, com capacidade para 45 (quarenta e cinco) pessoas; uma Sala de Plenária, com capacidade para 20 (vinte) pessoas; e um Núcleo de Simulação, contemplando três laboratórios: Saúde do Adulto, Saúde da Mulher e Saúde da Criança, além de sua Sala de Controle. <https://portal.coren-sp.gov.br/educacao/>



Resultados da Gestão - Atuação Institucional

Atividade educacional - <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/projetos-programas-acoaes/>

Os dados de encerramento do ano de 2019 mostram os seguintes resultados:



Vagas oferecidas em 2018: 44.195
Vagas oferecidas em 2019: 47.678



Inscritos em 2018: 38.947
Inscritos em 2019: 37.233



Presentes em 2018: 24.720
Presentes em 2019: 23.044

Importante citar que as ações desenvolvidas pelo Coren-SP Educação são de adesão voluntária do profissional, restando como responsabilidade da unidade a disponibilização de atividades diversas e suas respectivas vagas. Mas, ainda assim, algumas estratégias que visam a melhoria nos percentuais de inscrição e presença são realizadas através de mecanismos de controle preventivos e repressivos, exteriorizados pela adequação de prazos para a disponibilização de agenda e para a abertura de inscrições, divulgações das atividades e aplicação de sanções em caso de faltas injustificadas.

Resultados da Gestão - Atuação Institucional

Nosso Conselho, com vistas a estabelecer uma comunicação mais próxima com os profissionais, realiza atividades estruturadas por meio de ações temáticas especiais, a saber:

Conselheiro Ouvidor: Por meio de visitas dos Conselheiros às instituições de saúde, os profissionais de enfermagem podem esclarecer dúvidas e levar demandas diretamente aos representantes do Coren-SP dentro de seu próprio ambiente de trabalho.



Ingressa Coren: Realização de palestras para estudantes do último ano da graduação e dos cursos técnico e auxiliar de Enfermagem divulga-se a história do Sistema Cofen/Coren, sua finalidade, as atividades desenvolvidas pela Autarquia, pelos Conselheiros, estrutura física, de recursos humanos e logísticos, entre outros temas.



Resultados da Gestão - Atuação Institucional

Atividades da Câmara Técnica: As Câmaras Técnicas do Coren-SP constituem-se em órgãos permanentes de natureza consultiva, propositiva que visam discutir, planejar, orientar, implementar, avaliar e dar apoio técnico científico aos assuntos relativos à Enfermagem. Propõe estratégias para resolução de problemas, decorrentes da prática profissional, com vistas a orientar, contribuir e assegurar a qualidade das ações de enfermagem e o cumprimento da Lei do Exercício Profissional de Enfermagem, o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e as Resoluções designadas pelo Cofen, além assessorar o Plenário do Coren-SP e emitir pareceres relacionados ao exercício profissional de Enfermagem com responsabilidade social.

Empossamento de Comissões de Ética: As Comissões de Ética de Enfermagem exercem, por delegação do Conselho Regional de Enfermagem, atividades nos serviços de enfermagem das instituições de saúde com idoneidade, assumindo funções educativas, consultivas, conciliadoras, e de orientação e vigilância quanto ao exercício ético e disciplinar dos profissionais de enfermagem vinculados a tais entes.

<https://portal.coren-sp.gov.br/comissao-de-etica-de-enfermagem/>



Resultados da Gestão – Eficiência Operacional

Atendimentos realizados pelo Coren-SP

Historicamente o primeiro trimestre apresenta um maior fluxo de atendimentos devido ao grande número de formandos que concluem seus cursos ao final do ano e buscam o devido registro (inscrição profissional), além do fato que, durante o primeiro trimestre do ano alguns serviços quando solicitados suscitam isenção do pagamento integral da anuidade do ano vigente, por exemplo, cancelamentos de inscrições, suspensões de inscrições, remissões de inscrição. O fluxo de atendimento também pode sofrer variações devido a abertura de novas instituições de saúde e consequente aumento de novos postos de trabalho.

Atendimento ao Profissional de Enfermagem		
Unidades do Coren-SP	Atendimentos 2018	Atendimentos 2019
Alto Tietê - Mogi das Cruzes	2.625	2.896
Araçatuba	2.611	2.499
Botucatu	2.617	2.545
Campinas	16.562	17.462
Guarulhos	7.046	7.702
Itapetininga	4.124	2.862
Marília	4.297	4.341
Matriz	51.712	50.330
Osasco	6.108	6.445
Presidente Prudente	3.298	2.671
Registro	1.005	774
Ribeirão Preto	7.903	8.988
Santa Cecília	0	1.405
Santo Amaro	8.520	7.753
Santo André	12.739	13.197
Santos	7.071	7.041
São José do Rio Preto	7.170	6.815
São José dos Campos	8.172	7.885
Sorocaba	0	2.107
Total	153.580	155.718

Atendimento ao Profissional - Acordos de Débitos de Anuidades		
Unidades do Coren-SP	Atendimentos 2018	Atendimentos 2019
Alto Tietê - Mogi das Cruzes	1.183	1.036
Araçatuba	1.887	2.287
Botucatu	1.929	2.598
Campinas	9.675	13.355
Guarulhos	4.079	5.582
Itapetininga	2.560	2.233
Marília	2.491	3.914
Matriz	35.921	45.271
Osasco	3.336	4.624
Presidente Prudente	2.604	2.962
Registro	847	644
Ribeirão Preto	3.887	5.348
Santa Cecília	0	767
Santo Amaro	4.126	2.862
Santo André	6.005	6.780
Santos	4.151	4.451
São José do Rio Preto	4.320	6.439
São José dos Campos	4.995	5.939
Sorocaba	0	1.332
Serviços Online	101.593	212.938
Total	195.589	331.362

Resultados da Gestão – Eficiência Operacional

Atendimentos realizados pelo Coren-SP

Emissão de carteiras aos Profissionais da Categoria

O Conselho tem por atividade fim realizar o registro dos profissionais de enfermagem tornando-o habilitado a desenvolver suas atividades na área da saúde.



117.350 carteiras emitidas em 2018

122.446 carteiras emitidas em 2019

Abertura de novas unidades

Visando facilitar o deslocamento do profissional de enfermagem que necessita de atendimento presencial, durante o exercício de 2019 foram abertas duas novas unidades – o Núcleo de Atendimento ao Profissional - NAPE de Sorocaba e o Núcleo de Atendimento ao Profissional - NAPE de Santa Cecília, este último na cidade de São Paulo.

O aumento das renovações de carteiras deveu-se à divulgação da obrigatoriedade de renovação, ações de fiscalização em instituições de saúde que resultaram em notificações aos profissionais com carteira vencida.



Resultados da Gestão – Eficiência Operacional

Acordos formalizados no ano de 2019

No último trimestre de 2018 foram implementadas diversas medidas para melhorar o controle e a gestão, tais como:

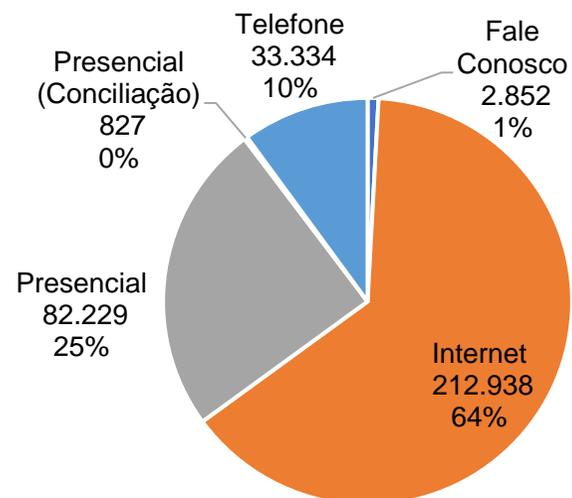
- Política de priorização dos acordos pela internet;
- Envio de notificações de cobrança por e-mail;
- Alteração da interface do usuário na área de acordos para ficar mais “amigável” aos profissionais de enfermagem;

Essas mudanças resultaram em um aumento no número de acordos, com consequente redução no número de execuções fiscais.

Somente pela Internet foram formalizados 212.938 acordos ou 64% do total de acordos de 2019.

Número de Acordos formalizados em 2019

Total 332.180 acordos



Resultados da Gestão – Infraestrutura e Tecnologia

Aquisição de equipamentos de infraestrutura de TI (Storage e Switches).



Melhora na eficiência das operações realizadas pelos usuários através da rede de computadores do Coren, promovidas pelos novos recursos e capacidade melhorados dos equipamentos de infraestrutura adquiridos.

Novos serviços de remissão e especialização para o profissional.



Melhora do controle pela área de atendimento dos processos relacionados a esses serviços, que, agora, possuem mais regras específicas normatizadas pelo Conselho Federal de Enfermagem (Cofen);

Melhorias nas configurações do agendamento online.



Melhor controle e eficiência dos postos de atendimentos para o agendamento online, de forma a configurar horários e bloqueios de atendimento por posto, refletindo diretamente na agenda online para o profissional de enfermagem.

Sistema do Processo ético – implantação da reabilitação profissional.



Sistematização da reabilitação de profissional condenado em processo ético, visando o reflexo desse processo de negócio no sistema de atendimento.

Dívida ativa – Novo tipo de acordo – Conciliação.



Nova modalidade de acordo presencial ou online, visando desconto para o profissional de sua dívida de anuidades anteriores. O próprio profissional de enfermagem pode renegociar a sua dívida nos serviços online, não necessitando da atuação do Conselho.

Sistema de Requisição de Diárias, Passagens e Auxílios/Jeton.



Melhora na eficiência do processo de pagamentos de requisições de diárias, passagens e auxílio/jeton, utilizando workflow para tramitação automática das requisições.

Implantação de relatórios gerenciais por meio do Business Intelligence (BI) e servidor de relatórios operacionais.



Melhora do controle gerencial e operacional das áreas, com possibilidade de análise de indicadores.

Plataforma de aprimoramento da Fiscalização



Melhora no processo de treinamento e aprimoramento entre a gerência de fiscalização com as demais subseções.

Desempenho Orçamentário

O orçamento do Coren/SP integra um conjunto de informações relativas às ações estabelecidas nas atividades e investimentos do Conselho, atendendo ao princípio do orçamento bruto. A programação orçamentária do Conselho não depende do orçamento da União, e suas atividades são financiadas com recursos provenientes das anuidades devidas pelos profissionais e empresas de enfermagem, dos emolumentos, multas de infração e outras previstas na legislação.

O orçamento, como instrumento de planejamento e de controle, reflete as decisões políticas e estabelece as ações prioritárias para o atendimento das demandas da sociedade. O Orçamento aprovado do Coren/SP para o exercício de 2019 foi de R\$ **153.550.859,56** para receita e despesa, previstas e fixadas em cumprimento ao princípio do equilíbrio orçamentário.

A receita teve uma realização de aproximadamente 99,80% da Receita Prevista e a execução da despesa empenhada não ultrapassou o valor fixado na Proposta Orçamentária. Como resultado alcançou-se um superávit orçamentário de R\$ 18.782.472,70, demonstrado no quadro a seguir:

2019	RECEITA ARRECADADA	DESPESA EMPENHADA	SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO
01- Corrente	153.246.585,21	130.635.819,98	0,00
02- Capital	0,00	3.828.292,53	0,00
03- TOTAL	153.246.585,21	134.464.112,51	18.782.472,70

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>

Execução descentralizada com transferência de recursos

Este item não é aplicável a este relatório, considerando que o Coren-SP não realizou convênios ou parcerias que implicassem repasses de recursos no exercício de 2019..

Informações sobre a realização das receitas

As receitas são caracterizadas como disponibilidades financeiras, constituindo a fonte de recurso utilizada pelo Conselho com a finalidade de atender às necessidades e demandas dos profissionais de Enfermagem.

De um modo geral, a receita do Coren/SP possui a seguinte constituição:

* **Receitas de Contribuições** – São oriundas da arrecadação das anuidades de Pessoas Físicas (PF) e Jurídicas (PJ), tanto do exercício de 2019, como de exercícios anteriores.

* **Receitas de Valores Mobiliários** – São recursos oriundos do recebimento de juros e correção monetária de valores depositados em caderneta de poupança e remuneração de depósitos bancários, decorrentes de aplicação em CDB – Certificado de Depósito Bancário.

* **Serviços Administrativos** – Compreendem as receitas advindas de serviços tais como: inscrição PF e PJ, expedição ou renovação de certidões PJ, expedição de carteiras de identidade PF, taxas de cancelamento PF, certificados de PJ, outros serviços administrativos PF e PJ.

* **Multas e Juros de Mora** – São as receitas provenientes de multas, juros e correções monetárias incidentes sobre as anuidades do exercício corrente, bem como dos exercícios anteriores, Dívida Ativa e outras origens, tais como multa de eleições e multas de inexecução contratual.

* **Indenizações e Restituições** – São as receitas advindas da recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores.

* **Receitas da Dívida Ativa** – São recursos recebidos de profissionais inscritos em Dívida Ativa em fase Administrativa e Executiva. Consideram-se apenas os valores principais, sem multas, juros e correções monetárias, que possuem conta própria para registro.

* **Receitas Diversas** – Neste grupo são registradas as receitas correntes não enquadráveis nos itens anteriores, tais como: atualização monetária, ônus de sucumbência e receitas não identificadas.

* **Receita de Capital** – Corresponde aos recursos recebidos pela alienação de bens da Autarquia, amortização de empréstimos concedidos, entre outros.

Origem das receitas (anuidades; taxas de serviço; multas; doações etc.)	2019	2018	Variação %
01- CONTRIBUIÇÕES – ANUIDADES DE PESSOAS FÍSICAS	101.749.641,15	91.576.458,00	11,11%
02- CONTRIBUIÇÕES – ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	552.440,74	550.080,13	0,43%
03- RECEITAS PATRIMONIAIS	4.791.914,33	3.667.391,32	30,66%
04- SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	23.968.970,92	20.612.945,27	16,28%
05- MULTAS E JUROS DE MORA	12.803.503,57	9.901.569,98	29,31%
06- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	13.991,74	1.597,01	776,00%
07- RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	8.573.611,97	13.544.712,02	-36,70%
08- RECEITAS DIVERSAS	792.510,79	291.760,69	171,63%
Total	153.246.585,21	140.146.514,42	

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>

Na análise comparativa entre a receita arrecadada no exercício de 2019 que foi de R\$ **153.246.585,21** e a receita arrecadada no exercício de 2018 de R\$ **140.146.514,42**, verificou-se um acréscimo da receita total de **9,35%**. Notamos, após compararmos os exercícios de 2019 e 2018, um acréscimo de 11,11 % no item de receita CONTRIBUIÇÕES – ANUIDADES DE PESSOAS FÍSICAS, número este alavancado por novas inscrições durante o exercício de 2019.

Destacamos um incremento na arrecadação de serviços administrativos em aproximadamente 16,28%, quando comparamos os exercícios de 2018 e 2019, devido a novas inscrições PF, expedição ou renovação de certidões PJ, expedição de carteiras de identidade PF, taxas de cancelamento PF, certificados de PJ, outros serviços administrativos PF e PJ durante o exercício de 2019.

Das receitas auferidas pelo Coren/SP durante exercício de 2019, destacamos as oriundas das Contribuições – Anuidades de Pessoas Físicas, visto que estas representaram aproximadamente 66,76% da receita total arrecadada.

Gestão Orçamentária e Financeira

Origem das receitas (anuidades; taxas de serviço; multas; doações etc.)



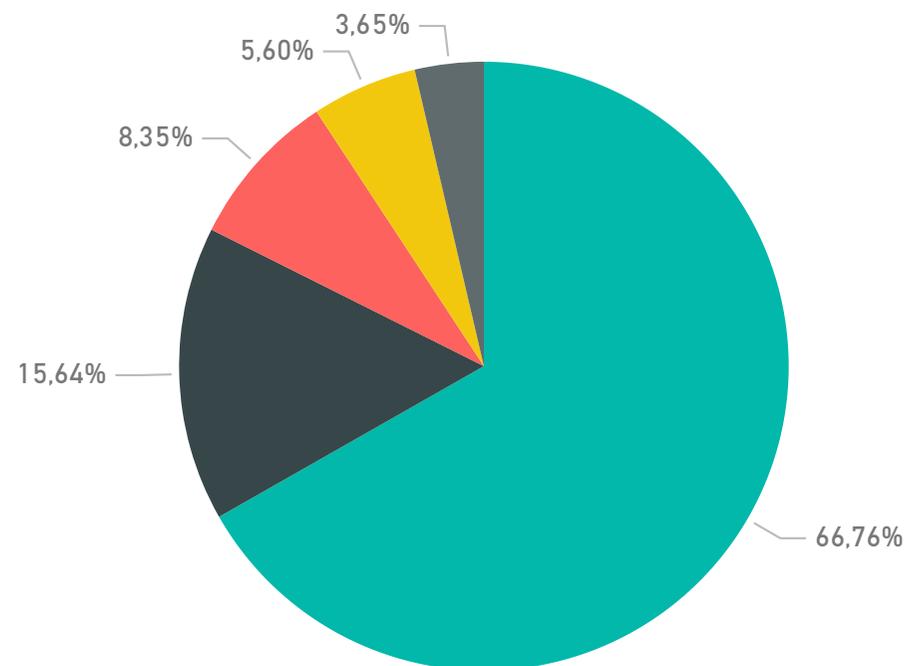
Origem das receitas (anuidades; taxas de serviço; multas; doações etc.)	2019	AV
01- CONTRIBUIÇÕES DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	102.302.081,89	66,76%
02- SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	23.968.970,92	15,64%
03- MULTAS E JUROS DE MORA	12.803.503,57	8,35%
04- RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	8.573.611,97	5,60%
05- DEMAIS RECEITAS	5.598.416,86	3,65%
Total	153.246.585,21	100,00%

Link para consulta:

<http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>

Origem das receitas

- 01- CONTRIBUIÇÕES DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E EC...
- 02- SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
- 03- MULTAS E JUROS DE MORA
- 04- RECEITA DA DÍVIDA ATIVA
- 05- DEMAIS RECEITAS



Previsão e arrecadação por natureza, justificando eventuais oscilações significativas	Previsão	Arrecadação	Execução %
01- ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	97.431.275,63	101.749.641,15	104,43
02- ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	629.306,15	552.440,74	87,79
03- RECEITAS PATRIMONIAIS	3.509.385,65	4.791.914,33	136,55
04- SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	21.806.265,45	23.968.970,92	109,92
05- MULTAS E JUROS DE MORA	9.262.624,41	12.803.503,57	138,23
06- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.004,97	13.991,74	697,85
07- RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	19.522.285,39	8.573.611,97	43,92
08- RECEITAS DIVERSAS	1.072.792,91	792.510,79	73,87
09-RECEITAS DE CAPITAL	314.919,00	0,00	0,00
10-TOTAL	153.550.859,56	153.246.585,21	99,80

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>:

A previsão da receita corrente para o exercício é estabelecida tomando como parâmetro os seguintes critérios:

A partir do histórico de arrecadação de três períodos anuais, compreendidos entre out/16 e set/18, sendo aplicados diferentes parâmetros para previsão das receitas para o exercício 2019, conforme a natureza de cada item de receita.

As previsões de receita referentes às Anuidades PF e PJ e Serviços Administrativos (com exceção da Taxa de Cancelamento) foram calculadas com base no último período de arrecadação, compreendido entre out/17 e set/18, com aplicação do INPC acumulado do mesmo período. Além disso, para estas receitas foi considerada uma previsão de crescimento de 4,49% no número de profissionais inscritos, de acordo com dados estatísticos do histórico de variação dos últimos 6 (seis) anos, com aplicação do modelo matemático Regressão Linear Simples. No quadro abaixo segue a variação do INPC período (out/17 e set/18).

INPC (ÍNDICE GERAL) - SETEMBRO 2019		
Variação mensal (%)	Variação acumulada no ano (%)	Variação acumulada em 12 meses (%)
-0,05	2,63	2,92

Fonte: site IBGE, Disponível em: <https://www.ibge.gov.br> - Acessado em 11/10/2019.

Cálculo de estimativa de profissionais ativos para 31/12/2020

ÍNDICE	DATA BASE	ENF.	TÉC.	AUX.	OBST.	TOTAL	DIF. REL. DEZ. ANO ANTERIOR	VAR. % EM REL. DEZ. DO ANO ANTERIOR
1	dez/13_	98907	135751	193434	137	428229	21067	5,17%
2	dez/14_	105438	153036	195191	161	453826	25597	5,98%
3	dez/15_	110584	164660	192842	182	468268	14442	3,18%
4	dez/16_	115301	175910	191519	198	482928	14660	3,13%
5	dez/17_	120283	187536	192684	236	500739	17811	3,69%
6	dez/18_	126589	201119	195283	251	523242	22503	4,49%
7	dez/19_	131617	213828	193532	275	539252	16010	3,06%

OBS 1: Valores de dez/2019 foram estimados.

OBS 2: O total do valor estimado pode não ser igual a soma por categoria

Fonte: Banco de dados Coren-SP – informações enviadas em 10/10/2019 pela Gerência de Tecnologia da Informação – CAUE nº 65990.

A previsão de receita referente às anuidades de exercícios anteriores, dívida ativa, juros e multas foi calculada **utilizando-se** o período de outubro de 2016 a setembro de 2019, conforme a tabela 12, que historicamente tem mostrado comportamento de aumento dos valores arrecadados. Por este motivo, foi aplicado o modelo matemático Regressão Linear Simples, que possibilitou estimar a tendência de aumento dos valores com base na série histórica. Esta metodologia buscou traduzir matematicamente o comportamento da arrecadação ao longo do período estudado e refleti-la para a previsão do Orçamento 2019.

Ou seja, para as receitas que historicamente apresentaram crescimento optou-se por aplicar o modelo matemático Regressão Linear Simples, o qual possibilitou estimar a tendência de aumento dos valores com base na série histórica. Quanto à previsão para rendimento de aplicações financeiras, projetou-se para o exercício seguinte a arrecadação efetivada nos últimos 12 meses; Já a previsão da receita de capital é feita de acordo com a expectativa de alienação de bens móveis e imóveis para o exercício seguinte.

Os reflexos positivos ocorridos nas receitas durante o exercício de 2019 se deram em função dos seguintes fatos: Receitas de anuidades e serviços, devido ao aumento no valor da anuidade e aumento no número de inscrição ao longo do exercício, já para as receitas de atualização monetária, multas e juros, foi ocasionado pelo trabalho de dívida ativa, mediante acordos de execuções fiscais e conciliações. Cumpre salientar que o artigo nº 10 da Lei nº 5.905 de 12/07/1973 (Lei de criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem) dispõe sobre a composição da receita do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN. Neste sentido, 25% (vinte e cinco por cento) da receita auferida pelo regional é compartilhada com o COFEN.

Gestão Orçamentária e Financeira

Informações sobre a realização das despesas

A Orçamento 2019 do Coren-SP, foi estruturado em conformidade e compatibilizado com o Plano Plurianual 2019-2021, conforme o disposto contido no § 2º do art. 165 da Constituição Federal, seguindo as premissas da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 e em atendimento às Resoluções Cofen nº 340/2008, 503/2016 e 532/2017.

Podemos definir a despesa no âmbito do Coren-SP como o conjunto de gastos realizados pelo Conselho para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade e aos profissionais (despesas correntes), bem como a realização de investimentos (despesa de capital), visando atender seu objetivo institucional previsto em lei.

No exercício corrente a execução da despesa ocorreu de forma equilibrada levando-se em consideração que o valor total previsto **R\$ 167.505.190,56 (este é valor é composto por R\$ 153.550.859,56 previsão orçamentária inicial para o exercício de 2019 e de R\$ 13.954.331,00 dotação adicional pela utilização de superávit financeiro do exercício anterior)**, deste valor total previsto, foi executada 77,31% que correspondeu ao valor **R\$ 129.495.796,68**.

No quadro abaixo evidenciamos os principais destaques da despesa corrente e de Capital executada.

2019	Despesas Totais Fixadas na Orçamento /2019	Despesas Executadas	%
01- Corrente	156.676.051,92	127.825.089,85	81,59%
02- Reserva de Contingência	1.720.981,07		
03- Capital	9.108.157,57	1.670.706,83	18,34%
Total	167.505.190,56	129.495.796,68	

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>:

Execução por Grupo e Elemento de Despesa:

Grupo de Natureza de Despesa: Classe de gasto em que foi realizada a despesa.

Elemento de Despesa: Classificação dos insumos usados ou adquiridos

GRUPO DE DESPESA	Valores Pagos 2019 - (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Despesa Paga / Dotação Atualizada (%)
01 – Despesas de Pessoal	67.052.134,78	78.187.805,16	85,76
02 – Outras Despesas Correntes	58.105.966,70	78.488.246,76	74,03
03 – Investimentos	978.717,27	9.108.157,57	10,75
Total	126.136.818,75	165.784.209,49	

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>:

Despesas de Pessoal	Valores Pagos 2019 - (R\$)	AV (%)
01- CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	164.028,38	0,24
02- VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	45.813.851,46	68,33
03- OBRIGAÇÕES PATRONAIS	12.820.998,19	19,11
04- OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	5.764.174,70	8,60
05- SENTENÇAS JUDICIAIS	2.223.639,81	3,32
06- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	265.442,24	0,40
Total	67.052.134,78	100,00

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>:

Durante o exercício de 2019 houve o desembolso com pessoal e encargos no valor total R\$ 67.052.134,78, valor este, que ficou abaixo do limite prudencial de 47,5% (R\$ 72.936.658,20) estipulado para o exercício corrente, este valor foi calculado sobre a receita corrente líquida projetada para o exercício de 2019. Durante o exercício corrente houve um reajuste salarial de 3% visando à reposição de perdas dos meses anteriores, refletidos aos demais benefícios oferecidos aos funcionários, como vale refeição e alimentação e auxílio creche. Houve durante o exercício a execução do Plano de Demissão Voluntária, com critérios estabelecidos e amplamente divulgados entre os funcionários que totalizou o valor de desembolso de R\$ 265.442,24, valor este que se encontrava dentro dos limites orçamentários e financeiros do Conselho. Salientamos que o gasto da despesa com pessoal durante o exercício de 2019 ficou enquadrado dentro dos limites estabelecidos pela lei complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Abaixo segue quadro que evidencia os parâmetros do limite com despesa de pessoal para o exercício de 2019.

DEMONSTRATIVO DO LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL	VALOR (R\$)
01- Receita Corrente	153.550.859,56
02- (-) Deduções	0,00
03- (=) Receita Corrente Líquida	153.550.859,56
04- Despesas com Pessoal	69.839.123,78
05- Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	51.255.541,76
06- Obrigações Patronais	16.165.645,02
07- Decisões Judiciais	2.417.937,00
08- DEA-Outras Indenizações Trabalhistas	0,00
09- Percentual = Despesas com Pessoal / Receita Corrente Líquida	45,48%
10- Limite Resolução nº 340/2008 (50%)	76.775.429,78
11- Limite Prudencial (47,50%)	72.936.658,29

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>:

3 – Outras Despesas Correntes	Valores Pagos 2019 - (R\$)	AV (%)
01- TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	37.050.451,06	63,76%
02- DIÁRIAS	489.581,00	0,84%
03- MATERIAL DE CONSUMO	671.103,65	1,15%
04- MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	22.420,00	0,04%
05- PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	188.787,94	0,32%
06- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	843.455,00	1,45%
07- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.809.742,18	27,21%
08- DESPESAS MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO	35.327,48	0,06%
09- OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	13.561,82	0,03%
10- SENTENÇAS JUDICIAIS	69.024,04	0,12%
11- DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	91.271,88	0,16%
12- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.821.240,65	4,86%
Total	58.105.966,70	100,00%

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>:

Dentro do grupo de despesas Outras Despesas Correntes, destacamos os desembolsos com despesa com Transferência da Cota Cofen representou aproximadamente 63% do valor total executado dentro do grupo, este é um dispêndio que tem previsão no artigo nº 10 da Lei nº 5.905 de 12/07/1973 (Lei de criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem) que dispõe sobre a composição da receita do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN. Neste sentido, 25% (vinte e cinco por cento) da receita auferida pelo regional é compartilhada com o COFEN.

Outro elemento de despesa que cabe destaque é Outros Serviços de Terceiros- PJ, que tem por finalidade a manutenção das atividades operacionais do Coren-SP podemos destacar: contratos de prestações de serviços, contas de consumo e demais despesas de manutenção entre outros que juntos representaram aproximadamente 27% do total das despesas do grupo.

Investimentos	Valores Pagos 2019 - (R\$)	AV (%)
01- OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0%
02- EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	978.717,27	100%
Total		100%

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>:

O grupo de despesa de investimentos são classificadas na categoria de despesas de capital, quando comparamos o total da despesa fixada no orçamento para o exercício de 2019, notamos que foi executado apenas 10,75% do que estava previsto para ser utilizado em 2019. No exercício corrente obteve um desempenho abaixo do esperado, executando apenas 10,75% do valor total orçado, isto ocorreu pela complexidade de especificação dos objetos, bem como o fato de não ter havido tempo hábil no exercício para tramitação de todos os processos licitatórios para as aquisições previstas no orçamento.

Gestão Orçamentária e Financeira

Dotações e execução das despesas em 2018 e 2019

Despesa	2019					2018					Variação R\$ (K)=d-i	Variação % (l)=d/i
	Dotação Atual (a)	Empenhado (b)	Liquidado (.c)	Pago (d)	RP Pago* (e)	Dotação Atual (f)	Empenhado (g)	Liquidado (h)	Pago (i)	RP Pago* (j)		
01- Despesas de Pessoal	78.187.805,16	68.775.151,76	68.775.151,76	67.052.134,78	1.210.454,99	69.775.137,42	66.195.046,88	65.705.693,55	64.495.238,56	1.128.265,00	2.556.896,22	3,96%
02- TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	37.172.594,10	37.090.590,54	37.090.590,54	37.050.451,06	221.348,34	34.965.497,11	34.153.750,15	34.153.750,15	33.932.401,81	171.435,53	3.118.049,25	9,19%
03- Outras Despesas Correntes	41.315.652,66	24.770.077,68	21.959.347,55	21.055.515,64	313.642,00	30.768.184,69	21.394.978,27	19.227.354,95	18.917.179,61	584.680,22	2.138.336,03	11,30%
04- Reserva de Contingência	1.720.981,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
05- Investimentos	9.108.157,57	3.828.292,53	1.670.706,83	978.717,27	0,00	4.714.738,28	724.654,84	567.094,03	567.094,03	209.057,50	411.623,24	72,58%
Total	167.505.190,56	134.464.112,51	129.495.796,68	126.136.818,75	1.745.445,33	140.223.557,50	122.468.430,14	119.653.892,68	117.911.914,01	2.093.438,25	8.224.904,74	

*RP Pago: Restos a Pagar Processados e Não Processados Pagos

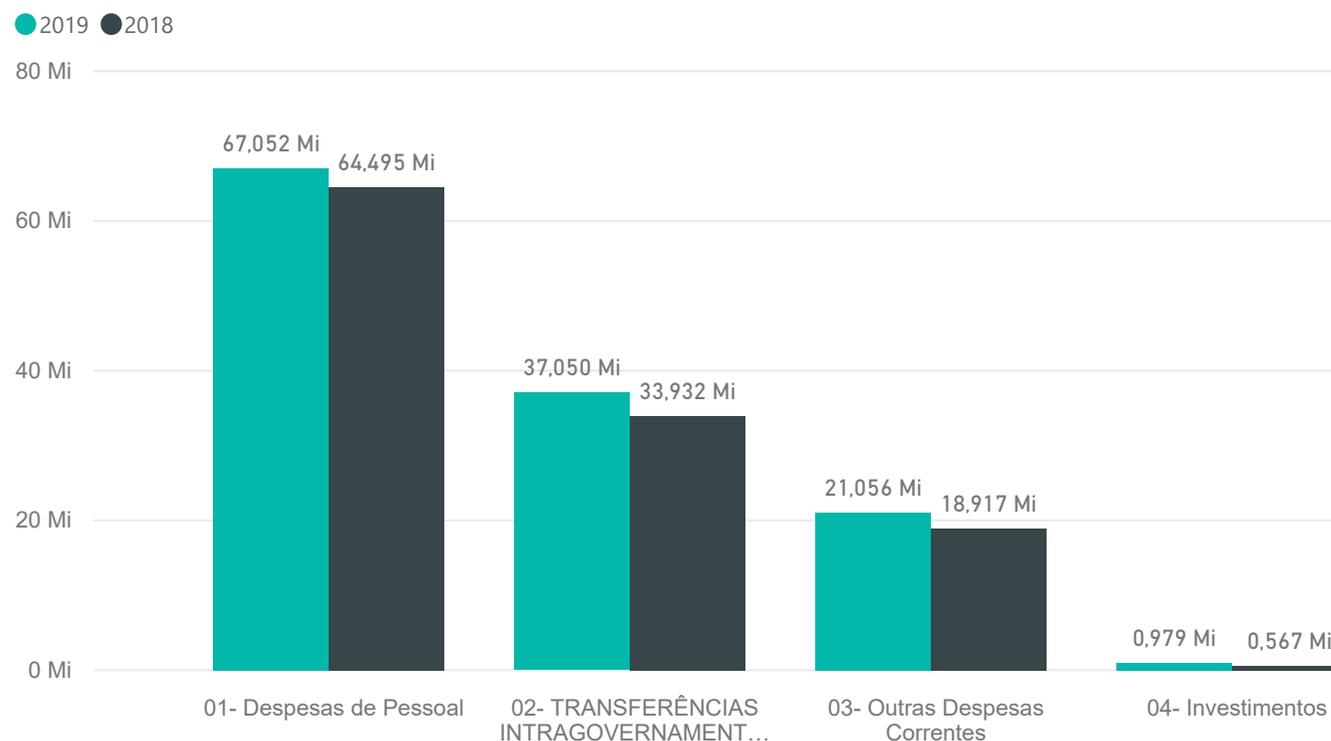
Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>

Comparativo das despesas pagas 2019 x 2018

Despesas Pagas	2019	2018	AH
01- Despesas de Pessoal	67.052.134,78	64.495.238,56	3,96%
02- TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	37.050.451,06	33.932.401,81	9,19%
03- Outras Despesas Correntes	21.055.515,64	18.917.179,61	11,30%
04- Investimentos	978.717,27	567.094,03	72,58%
Total	126.136.818,75	117.911.914,01	

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>

2019 e 2018 por Despesas Pagas



Em 2019, os pagamentos das contas de custeio foram custeadas pelo próprio regional como pode ser verificado no gráfico acima comparativamente de 2019/2018 como despesa com pessoal houve um desembolso a maior em 3,96%. Transferência Intragovernamentais foram efetuadas sobre as receitas repassadas em 2019 a maior 9,19%.

Quanto aos Investimentos ao compararmos 2019/2018 houve um acréscimo de 72,58%, isto se deve a aquisição de novos equipamentos de informática para renovação do parque tecnológico durante o exercício de 2019.

Gestão Orçamentária e Financeira

Comparativo de Outras Despesa Correntes Pagas 2018 X 2019

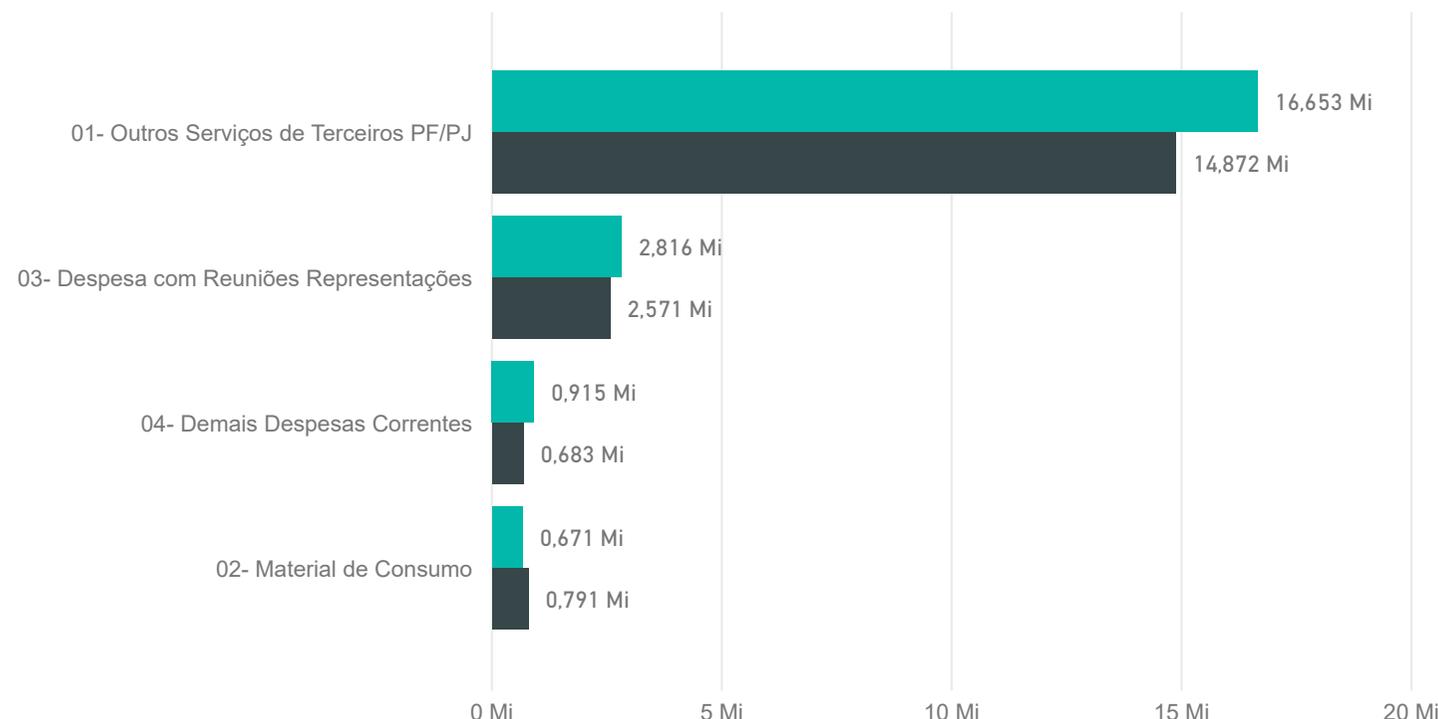
Outras Despesas Correntes Pagas	2019	2018	AH%
01- Outros Serviços de Terceiros PF/PJ	16.653.197,18	14.871.978,36	11,98
02- Material de Consumo	671.103,65	791.352,29	-15,20
03- Despesa com Reuniões Representações	2.816.171,00	2.570.858,50	9,54
04- Demais Despesas Correntes	915.043,81	682.990,46	33,98
Total	21.055.515,64	18.917.179,61	

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>:

No grupo de Outras Despesas Correntes os valores desembolsados para Serviços de Terceiros PF/PJ, houve um aumento de 11,98%, quando comparamos os exercícios de 2018 e 2019, quanto aos desembolsos de Materiais de Consumo houve uma diminuição significativa, tendo reduzido de 15,20%. Já as Despesas com Reuniões e Representação que são compostas pelos desembolsos com Diárias, Jetons e Auxílio Representação houve um acréscimo de 9,54%.

2019 e 2018 por Outras Despesas Correntes Pagas

● 2019 ● 2018



Desempenho financeiro no exercício

Em virtude do prazo de vencimento das anuidades, o ingresso de receitas do Coren/SP ocorre de forma sazonal. Durante o período de Janeiro a Maio de cada ano, o fluxo de ingresso de receitas é maior e, conseqüentemente, superior ao dispêndio. Nos períodos seguintes há uma inversão, isto é, o dispêndio é superior ao ingresso de recursos, porém quando fazemos uma análise dos quatro trimestre do exercício de 2019, notamos o atingimento de R\$ 27.109.766,46, resultado da diferença entre as receitas arrecadadas e despesas pagas no exercício de 2018, conforme demonstrado no quadro sintético do cronograma de desembolso ao lado:

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstrativo-de-despesas-e-receitas/>:

Ingressos	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
01- Receita de Contribuições	59.991.941,95	18.183.589,19	9.873.096,18	14.253.454,57	102.302.081,89
02- Receitas Patrimoniais	1.150.585,93	1.370.349,84	1.301.454,24	969.524,32	4.791.914,33
03- Receitas de Serviços	7.720.027,88	5.533.235,16	6.236.167,73	4.479.540,15	23.968.970,92
04- Outras Receitas Correntes	5.873.458,03	5.161.398,84	5.382.893,69	5.765.867,51	22.183.618,07
05- Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	74.736.013,79	30.248.573,03	22.793.611,84	25.468.386,55	153.246.585,21

Desembolsos	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
01- Pessoal e Encargos	13.611.070,64	15.242.428,52	16.201.850,76	21.996.784,86	67.052.134,78
02- Outras Despesas Correntes	21.681.592,61	13.087.022,05	10.989.923,83	12.346.928,21	58.105.466,70
03- Despesas de Capital	546,00	462.028,03	485.783,40	30.859,84	979.217,27
Total	35.293.209,25	28.791.478,60	27.677.557,99	34.374.572,91	126.136.818,75

Ainda que o exercício de 2019 tenha sido um ano crítico, no tocante à economia brasileira, o Coren/SP não registrou insuficiência de caixa no período. O Balanço Financeiro do exercício de 2019 apresentou como saldo final em espécie, o qual foi transferido para o exercício de 2020, o montante de R\$ 55.056.381,95 resultado financeiro do exercício de 2019 alcançou o montante de R\$ 23.321.113,31, conforme demonstrado no quadro abaixo:

01- Saldo em espécie para o exercício seguinte	78.377.495,26
02- (-) Saldo em espécie do exercício anterior	55.056.381,95
03- (=) RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2019	23.321.113,31

Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público. Conforme disposto no artigo 105, da Lei Federal nº 4320/64, Ativo e Passivo, são separados em dois grandes grupos em função da dependência ou não de autorização orçamentária para realização dos itens que o compõem:

- O Ativo Financeiro;
- O Ativo Permanente;
- O Passivo Financeiro;
- O Passivo Permanente;
- O Saldo Patrimonial;

As Contas de Compensação.

§ 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos independentes de autorização orçamentária.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

§ 5º Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

Com estas informações, é possível a construção de indicadores que retratam a real situação do Conselho no encerramento do exercício. A seguir, a relação e detalhamento dos indicadores que utilizaremos neste relatório:

a) Liquidez Imediata (LI) – Disponibilidades /Passivo Circulante

Indica a capacidade financeira da entidade em honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo contando apenas com suas disponibilidades, ou seja, os recursos disponíveis em caixa ou bancos.

b) Liquidez Corrente (LC) - Ativo Circulante/Passivo Circulante

A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos em curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques, etc.), para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.).

c) Liquidez Geral (LG) – (Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante).

A liquidez geral, ou índice de solvência geral, é uma medida de capacidade da entidade em honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com os seus recursos realizáveis a curto e longo prazos.

Comparativo dos Índices de Liquidez dos Anos de 2019 e 2018

▲	ÍNDICES	ÍNDICE(%) - 2019	ÍNDICE(%) - 2018
	01- LIQUIDEZ IMEDIATA - (LI)	4,30%	4,22%
	02- LIQUIDEZ CORRENTE - (LC)	8,20%	13,74%
	03- LIQUIDEZ GERAL - (LG)	12,62%	14,50%
	Total	25,12%	32,46%

Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

Os Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis foram reavaliados no exercício de 2015, em atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, especificamente à NBC T 16.10, que estabelece os critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público.

Os reflexos gerados na Reavaliação e na Redução ao valor recuperável (impairment), demonstrados nos Laudos de Avaliação do Ativo Imobilizado e Intangível, considerou a data de 31/12/2015 como base de corte, sendo reconhecidos no Balanço de 2015.

O tratamento contábil da depreciação e amortização dos itens patrimoniais do Coren/SP obedece aos seguintes critérios:

- a) O cálculo da depreciação e amortização utilizam o método linear /cotas constantes, método que consiste em dividir o valor da aquisição do bem a ser depreciado pelo tempo de vida útil;
- b) A depreciação e amortização dos bens adquiridos e postos em operação são efetuadas a partir do primeiro mês seguinte à data de entrada do item no patrimônio.

A Metodologia de avaliação e mensuração de ativos e passivos segue o estabelecido na NBCT 16.10 que trata da avaliação e mensuração, a saber:

- a) As disponibilidades são mensuradas e avaliadas pelo valor original;
- b) O método para avaliação das saídas de estoques utiliza o método da média ponderada;
- c) O ativo imobilizado incluindo os gastos complementares é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou construção;
- d) O Ativo Intangível corresponde aos direitos que possuem por objetos bens incorpóreos destinados a manutenção das atividades públicas;
- e) As obrigações também são avaliadas e mensuradas pelo valor original, e as provisões constituídas com bases confiáveis em valores prováveis de sua realização.

Sistemática de Apuração de custos no âmbito da Unidade

No exercício de 2019 foi implementada a estrutura do Plano de Centro de Custos, nos termos do Processo Administrativo nº 2696/2016. Tal estrutura será revisada anualmente, a fim de melhorar a qualidade da informação, subsidiando o Gestor no processo de tomada de decisão.

Gestão de pessoas



2018: 385 empregados
2019: 369 empregados

Diminuição de postos efetivos por pedidos de demissão e adesão ao PDV.

CARGOS OCUPADOS

Tipo de Cargo	Quantidade
Comissionados	16
Efetivos - nomeados a Cargos comissionados	24
Efetivos - Função Gratificada	51
Efetivos sem Cargo Comissionado ou Função Gratificada	278
Total	369

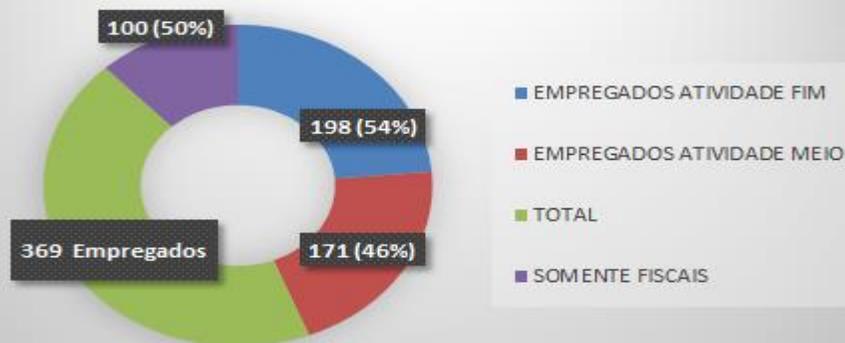
Efetivos - nomeados a Cargos comissionados: considera-se os cargos de gerência, chefias e assessorias; **Efetivos - Função Gratificada:** considera-se os que estão em função de Coordenação e demais gratificações de funções como membros da CPL, Controladoria, CPAD, Encarregados.



SITUAÇÃO FUNCIONAL

Situação Funcional	Quantidade de Empregados
ATIVOS	354
Aposentadoria por Invalidez	2
Auxílio Doença não profissional INSS	4
Licença não remunerada	1
Maternidade	2
Outros	2
Prorrogação de Licença Maternidade (Acordo Coletivo)	4
Total:	369

DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO POR ATIVIDADE



Gestão de pessoas

DETALHAMENTO DO CUSTO DE PESSOAL

GASTOS	Custo Folha	Benefícios						
		Reembolso Creche	Aux. Funeral	Aux. Deficiente	VT	VR	VA	Assistencia Medica
EFETIVOS	R\$ 42.156.039,79	R\$ 271.693,58	R\$ 38.682,36	R\$ 18.119,27	R\$ 35.347,26	R\$ 3.651.412,21	R\$ 2.069.931,20	R\$ 3.543.605,92
COMISSIONADOS	R\$ 3.512.102,46	R\$ 7.576,40	R\$ 2.250,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 163.823,70	R\$ 92.832,75	R\$ 159.392,85
TOTAL	R\$ 45.668.142,25	R\$ 279.269,98	R\$ 40.932,36	R\$ 18.119,27	R\$ 35.347,26	R\$ 3.815.235,91	R\$ 2.162.763,95	R\$ 3.702.998,77

Dados retirados do sistema de recursos humanos admrh.coren-sp

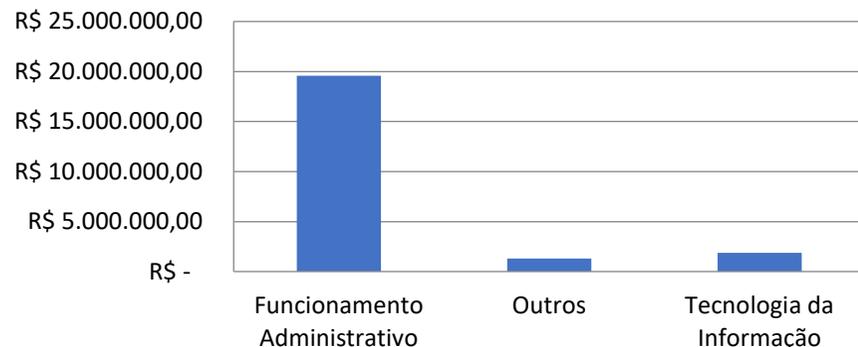
DETALHAMENTO DO CUSTO DE ENCARGOS COM PESSOAL

GASTOS	BASE INSS	INSS (22,4686%)	BASE FGTS	FGTS	BASE PASEP	PASEP
EFETIVOS	R\$ 41.359.190,09	R\$ 8.916.665,89	R\$ 41.359.352,79	R\$ 3.308.748,22	R\$ 41.359.352,79	R\$ 413.593,53
COMISSIONADOS	R\$ 3.356.552,28	R\$ 754.170,31	R\$ 3.356.552,28	R\$ 268.524,18	R\$ 3.356.552,28	R\$ 33.565,52
TOTAL	R\$ 44.715.742,37	R\$ 9.670.836,20	R\$ 44.715.905,07	R\$ 3.577.272,41	R\$ 44.715.905,07	R\$ 447.159,05

Dados retirados do sistema de recursos humanos admrh.coren-sp

Gestão de Licitação e Contratos

Contratações em 2019 = R\$ 22,8 mi



Detalhamento dos gastos por finalidade

Funcionamento Administrativo	R\$ 19.581.273,29
Outros	R\$ 1.319.212,84
Tecnologia da Informação	R\$ 1.894.972,29

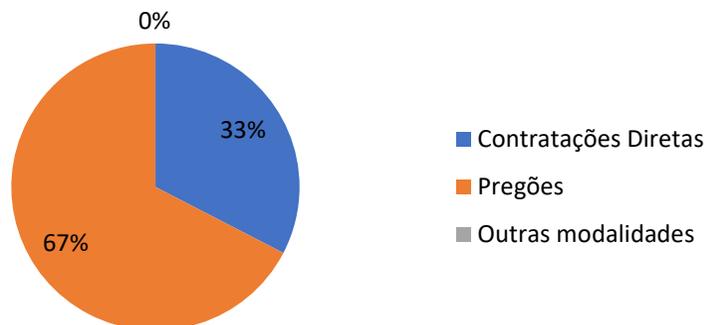
Funcionamento Administrativo	
Serviços	R\$ 8.171.992,71
Locação de Imóveis	R\$ 330.927,28
Assistência Médica	R\$ 3.215.745,28
Alimentação do Trabalhador	R\$ 5.788.168,96
Outros	R\$ 2.074.439,06
Total	R\$ 19.581.273,29

Especificação dos tipos de serviços contratados para o Funcionamento Administrativo

Tipos de Serviços	Valor em R\$
Serviços Bancários	3.063,00
Correspondência e cobrança	1.260,00
Limpeza	1.239,00
Manutenção Predial	988,00
Vigilância	922,00
Locação de Veículos	696,00
Total	8.168,00

Gestão de Licitação e Contratos

Processos de contratação em 2019: 46



Contratações Diretas	15
Pregões	31
Outras modalidades	0

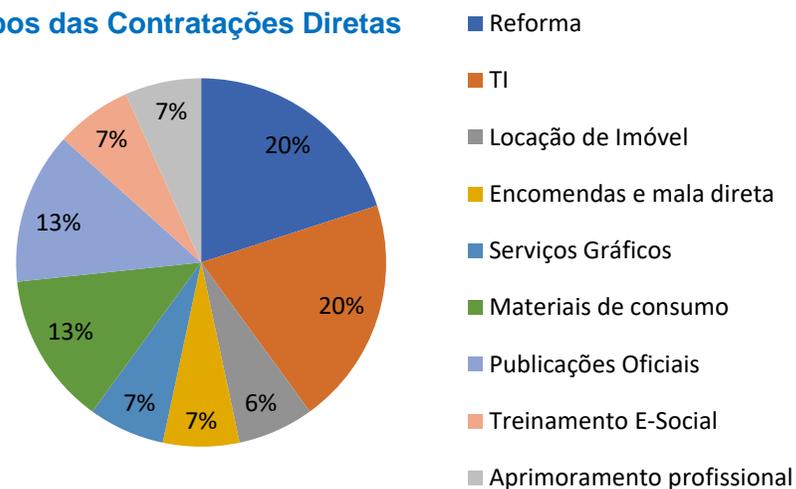
As hipóteses de contratação direta são aquelas previstas nos artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, abaixo seguem os números relativos ao exercício de 2019 de cada um dos tipos:

Tipos	Total
Dispensa de Licitação	10
Inexibibilidade de Licitação	5

Número de contratações diretas

Objeto de Contratação	Quantidade de Contratos
Reforma	3
TI	3
Locação de Imóvel	1
Encomendas e mala direta	1
Serviços Gráficos	1
Materiais de consumo	2
Publicações Oficiais	2
Treinamento E-Social	1
Aprimoramento profissional	1

Tipos das Contratações Diretas



Gestão Patrimonial e Infraestrutura

O exercício de 2019 foi bastante intenso para a gestão patrimonial do Coren-SP, seja no tocante aos diversos aperfeiçoamentos dos controles, estabelecimento de rotinas e melhor aproveitamento da ferramenta informatizada existente, mas, principalmente, no que se refere ao levantamento geral dos bens, com a designação de uma Comissão de Inventário. Ao longo do quarto trimestre, a comissão realizou um importante e minucioso trabalho de auditoria dos bens móveis e intangíveis, que ainda repercutirá em desdobramentos para a Comissão de Desfazimento e para a Comissão de Irregularidades em 2020.

Locação de Imóveis e Equipamentos

Dos 19 pontos de atendimento do conselho, 06 estão alocados em imóveis alugados, visto que em 2012 adotou-se, como estratégia de expansão a locação de salas em condomínios comerciais, principalmente por prescindir dos contratos de vigilância e segurança patrimonial, o que torna substancialmente menos onerosa a operação das unidades.

Unidades em Imóveis Locados	Valores despendidos em 2019 (aluguel + condomínio) (R\$)
Subseção Guarulhos	109.519,93
Subseção Osasco	120.243,96
Subseção Santo André	103.216,80
NAPE* Registro	18.000,00
NAPE Santo Amaro	78.191,01
NAPE Sorocaba	18.109,13
TOTAL =	447.280,83

*NAPEs são Núcleos de Atendimento ao Profissional, e não desenvolvem atividades fiscalizatórias.

Locação de Equipamentos	Valores despendidos em 2019 (R\$)
Gerador de Energia	43.837,34
Monitoramento por Câmeras (CFTV)	167.760,89
Frota de veículos terceirizada	680.420,00
TOTAL =	892.018,23

Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos

Bens imóveis

Ao longo do ano foi desenvolvido pela Assessoria de Projetos de Engenharia do Coren-SP, o objeto para contratação de empresa especializada para reforma e adequação das instalações do Edifício Sede do Coren-SP às normas de acessibilidade a edificações (NBR ABNT 9050:2015). A licitação ocorreu em 11/12/19, sendo vencedora a empresa Elect Engenharia e Instalações-Eirelli, no valor de R\$ 840.000,00, vigência de contrato de 20/01 a 16/09/2020 (PE 28/2019). Este projeto, após executado, propiciará o perfeito atendimento do público portador de necessidades especiais, que passará a ter total autonomia no acesso a qualquer das dependências do prédio. Estrategicamente, visa evitar eventuais autuações por inconformidades, ou até mesmo a suspensão do atendimento, por interdição do prédio.

Bens móveis

Quanto aos bens móveis, ocorreram incrementos significativos, principalmente no que tange aos equipamentos de informática, com a renovação de boa parte do acervo, desde estações de trabalho (microcomputadores e notebooks) e equipamentos de infraestrutura (switches, discos rígidos para aumento da capacidade de servidores, e roteadores), e que prosseguirão em 2020. Apesar dos bens móveis constituírem o maior grupo patrimonial, em termos de quantidade (7.913 itens), nos anos mais recentes, esta categoria não apresentava acréscimos significativos, uma vez que as aquisições nem sempre eram suficientes para superarem os montantes das depreciações dos objetos, cujas vidas úteis costumam ser bastante longas. O Coren-SP encerrou 2019 com o acréscimo de 506 (quinhentos e seis) bens tangíveis, que totalizaram uma despesa de capital de R\$ 1.555.760,56.

Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos

Bens intangíveis

Foram incorporados R\$ 245.646,72, por meio da aquisição de 2 (dois) bens intangíveis - os investimentos se deram por meio das aquisições de:

- ✓ Licenças de antivírus (para proteção dos equipamentos e sistemas informatizados do Conselho);
- ✓ Solução tecnológica específica para gestão de pessoas, visando atender tanto as necessidades internas de gerenciamento estratégico de recursos humanos, como para observância das obrigações trabalhistas e previdenciárias, contemplando o e-Social (empresas públicas e autarquias), cujo desenvolvimento ainda não foi encerrado e, portanto, ainda refletirá em investimento ao longo de 2020.

Desfazimento de ativos

No que diz respeito às desincorporações ocorridas no exercício de 2019, foram pouco expressivas e totalizaram apenas R\$ 2.189,60, abrangendo algumas licenças de softwares com o uso descontinuado por obsolescência, e um equipamento de informática que apresentou defeito ainda em seu prazo de garantia, sendo repostado pelo fornecedor.

Mudanças e desmobilizações relevantes

No decorrer do exercício de 2019 foram inaugurados dois novos pontos de atendimento (**vide página 34 – Resultados da Gestão-Eficiência Operacional**).

Não houve desmobilização de imóveis no exercício – está em processo a alienação de 02 salas comerciais, localizadas na cidade de São José do Rio Preto.

Gestão de Custos

Atualmente o Coren-SP não possui sistema informatizado para controle da gestão dos custos, quando há necessidade de estratificações de informações em nível analítico, para atender a necessidade específica, estes dados são gerados a partir da composição dos diversos relatórios e demonstrativos contábeis. Para superar esta carência sistêmica, o Conselho tem desenvolvido relatórios internos com o propósito de fomentar a implantação do sistema de gestão de custos, sabendo que isso seria uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisão para os gestores. Destacamos que, atualmente estamos em fase de estudo, sobre a definição da metodologia para a alocação dos custos indiretos aos centros de custos.

A person wearing a blue striped shirt is shown from the chest down, sitting at a desk. They are using a calculator with their right hand and a tablet with their left hand. The background is a blurred office environment with warm lighting.

5 **Informações orçamentárias, financeiras e contábeis**

- Declaração do Contador
- Balanço Patrimonial
- Demonstrações das Variações Patrimoniais
- Balanço Orçamentário
- Balanço Financeiro
- Demonstrações Fluxo de Caixa
- Notas Explicativas

Declaração do Contador

Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis



Nossas demonstrações contábeis foram organizadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, em observação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) principalmente a NBC T SP 11.

Elas são referentes ao exercício 2019 e atenderam à Resolução Cofen nº. 340/2008, que estabelece normas e princípios de Administração Financeira e Contábil aplicáveis ao Sistema Cofen/Coren's.

Dentre as práticas adotadas no exercício financeiro de 2019 é relevante citar a apropriação patrimonial da receita pelo regime de competência permanecendo o reconhecimento da receita orçamentária pelo regime de caixa. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais, a saber:

- a) Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo;
- b) Balanço Orçamentário – evidencia a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo;
- c) Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais – Evidencia o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas) do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo.

No exercício de 2019, houve melhorias dos processos e mapeamento dos fluxos de trabalho, bem como a aplicação de mudanças de políticas contábeis, visando atender a Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público para os itens abaixo:

- Novas políticas contábeis para registro das Provisões para férias e 13º salário de empregados/funcionários;

-
- Novas políticas contábeis para registro das Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
 - Registro das Provisões para contingências;
 - Reestimativa de perdas para devedores duvidosos referente a dívida ativa: em fase administrativa e executiva;
 - Segregação de curto e longo das provisões nas ações cíveis e trabalhistas.

Ressalvas

A seguir destacamos algumas situações que carecem um melhor detalhamento de trabalho:

- Atualmente o sistema contábil (Siscont.net) da empresa Implanta Informática e o sistema que evidencia o saldo dos créditos inscritos no Contas a Receber a na Dívida Ativa (SICSP 2.0), software próprio do Coren-SP, não possuem uma integração sistêmica da compatibilização de seus saldos, fator que dificulta a evidenciação de forma tempestiva dos saldos dos estoques do Contas a Receber e da Dívida Ativa nas demonstrações contábeis;
- Gestão de Custos - Atualmente o Coren-SP não possuiu sistema informatizado para controle da gestão dos custos, quando há necessidade de estratificações de informações em nível analítico, para atender a necessidade específica, estes dados são gerados a partir da composição dos diversos relatórios e demonstrativos contábeis. Para superar esta carência sistêmica, o Conselho tem desenvolvido relatórios internos com o propósito de fomentar a implantação do sistema de gestão de custos, sabendo que isso seria uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisão para os gestores. Destacamos que, atualmente estamos em fase de estudo, sobre a definição da metodologia para a alocação dos custos indiretos aos centros de custos.

Declaração

Portanto considerando os avanços realizados, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxo de Caixa regidos pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2019, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Coren-SP, exceto no tocante as ressalvas apontadas.

São Paulo, 31 de janeiro de 2020.



João Freitas de Oliveira

CRC nº 1SP 199.901

Coordenador da Contabilidade

Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem. A fim de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª edição).

ATIVO				PASSIVO			
	NE	2019	2018		NE	2019	2018
01- ATIVO CIRCULANTE	.	147.008.306,16	176.055.838,69	01- PASSIVO CIRCULANTE	.	17.910.167,34	12.805.811,02
02- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1	77.192.796,80	54.043.399,62	02- OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	10	1.200.963,92	1.210.544,99
03- CRÉDITOS A CURTO PRAZO	.	67.823.203,06	120.330.288,35	03- EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	.		
04- ANUIDADES DO EXERCÍCIO	.	82.671.287,88	81.842.859,65	04- FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	11	2.108.678,98	578.641,53
05- ANUIDADES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	.	15.081.071,78		05- OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	12	52.114,73	1.197.914,65
06- DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E DE CONTRIBUIÇÕES	2	16.773.514,57	49.520.157,93	06- OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	13	40.139,48	
07- COTA PARTE A RECEBER - CONSELHO FEDERAL	.	474.792,86	399.374,90	07- PROVISÕES A CURTO PRAZO	14	8.300.429,81	8.374.443,67
08- (-) AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS TRIBUTARIOS E DE CONTRIBUIÇÕES	3	47.177.464,03	11.432.104,13	08- DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	15	6.207.840,42	1.444.266,18
09- DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	4	1.237.638,87	1.494.393,04	09- PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	.	3.073.967,24	4.023.037,98
10- INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	.			10- OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	.		
11- ESTOQUES	5	266.671,13	181.934,00	11- EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	.		
12- VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	.	487.996,30	5.823,68	12- FORNECEDORES A LONGO PRAZO	.		
13- ATIVO NÃO-CIRCULANTE	.	190.474.077,34	85.552.330,69	13- OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	.		
14- ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	.	117.835.310,31	9.712.875,88	14- OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	.		
15- CRÉDITOS A LONGO PRAZO	.	117.835.310,31	9.712.875,88	15- PROVISÕES A LONGO PRAZO	16	3.073.967,24	4.023.037,98
16- CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	.	114.056.957,94		16- DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	.		
17- DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E DE CONTRIBUIÇÕES	6	112.784.705,71	223.323.195,03	17- RESULTADO DIFERIDO	.		
18- EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	7	80.000,00	80.000,00	18- PATRIMÔNIO LÍQUIDO	.	316.498.248,92	244.779.320,38
19- (-) RECEITAS A CLASSIFICAR -DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	.	628.806,01	641.228,64	19- Patrimônio Social e Capital Social	.		
20- (-) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	.	108.457.547,33	213.049.090,51	20- Ajuste de avaliação Patrimonial	.		
21- INVESTIMENTOS	.			21- Demais Reservas	.		
22- IMOBILIZADO	8	71.881.334,21	75.310.453,06	22- Resultados Acumulados	17	316.498.248,92	244.779.320,38
23- BENS MÓVEIS	.	5.147.885,40	3.592.614,82	23- Total do Passivo	.	337.482.383,50	261.608.169,38
24- BENS IMÓVEIS	.	86.658.735,74	86.658.735,74				
25- (-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	9	19.925.286,93	14.940.897,50				
26- INTANGÍVEL	8	757.432,82	529.001,75				
27- SOFTWARES	.	1.224.193,12	985.874,72				
28- (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	.	466.760,30	456.872,97				
29- Total do Ativo	.	337.482.383,50	261.608.169,38				

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstracoes-contabeis/>

Demonstrativos Contábeis

Demonstrações das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

Este Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª edição).

O resultado patrimonial está demonstrado no quadro abaixo:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)	NE	2019	2018
01- Contribuições	18	168.521.015,11	163.572.747,27
02- Exploração e venda de bens, serviços e direitos	19	23.971.513,34	20.619.724,46
03- Variações patrimoniais aumentativas financeiras	20	6.177.912,42	5.368.339,65
04- Transferências recebidas	.		
05- Valorização e ganhos com ativos	21	6.733,47	16.000,05
06- Outras variações patrimoniais aumentativas	22	231.534.406,66	251.543.189,63
07- TOTAL (VPA)	.	430.211.581,00	441.120.001,06

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)	NE	2019	2018
01- Pessoal e encargos	23	72.243.669,26	69.323.765,51
02- Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	24	24.661.184,66	23.202.122,62
03- Variações patrimoniais diminutivas financeiras	25	6.666.702,44	3.654.187,49
04- Transferências concedidas	26	37.090.590,54	34.153.750,15
05- Desvalorização e perda de ativos	27	192.282.388,47	224.481.194,64
06- VPD Tributárias	28	13.561,83	15.456,59
07- Outras variações patrimoniais diminutivas	29	4.836.982,35	5.207.233,22
08- TOTAL (VPD)	.	337.795.079,55	360.037.710,22

01- RESULTADO PATRIMONIAL	30	92.416.501,45	81.082.290,84
---------------------------	----	---------------	---------------

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstracoes-contabei>

Demonstrativos Contábeis

Balanço Orçamentário

A NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis determina que a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento deve ser incluída nas demonstrações contábeis das entidades que publicam seu orçamento aprovado, obrigatória ou voluntariamente, para fins de cumprimento das obrigações de prestação de contas e responsabilização (accountability) das entidades do setor público. A Lei 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Desta forma, considerando que os entes públicos estão obrigados à publicação da lei orçamentária anual, por força de dispositivo constitucional e observada as disposições da Lei 4.320/1964, entende-se que o Balanço Orçamentário atende aos objetivos previstos na NBC TSP 13 e observar o disposto naquela norma.

Desta forma, este capítulo tem por objetivo dispor sobre a elaboração do Balanço Orçamentário, compatibilizando as disposições da NBC TSP 11, NBC TSP 13 e a legislação aplicável. O Balanço Orçamentário é composto por: **a.** Quadro Principal; **b.** Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e **c.** Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados. O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8º edição).

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
01- RECEITA CORRENTE	.	153.235.940,56	153.235.940,56	153.246.585,21	10.644,65
02- RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	.	98.060.581,78	98.060.581,78	102.302.081,89	4.241.500,11
03- CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	.	98.060.581,78	98.060.581,78	102.302.081,89	4.241.500,11
04- ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	.	97.431.275,63	97.431.275,63	101.749.641,15	4.318.365,52
05- ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	.	629.306,15	629.306,15	552.440,74	-76.865,41
06- RECEITAS PATRIMONIAIS	.	3.509.385,65	3.509.385,65	4.791.914,33	1.282.528,68
07- RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	.	3.509.385,65	3.509.385,65	4.791.914,33	1.282.528,68
08- RECEITAS DE SERVIÇOS	.	21.806.265,45	21.806.265,45	23.968.970,92	2.162.705,47
09- SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	.	21.806.265,45	21.806.265,45	23.968.970,92	2.162.705,47
10- OUTRAS RECEITAS CORRENTES	.	29.859.707,68	29.859.707,68	22.183.618,07	-7.676.089,61
11- MULTAS E JUROS DE MORA	.	9.262.624,41	9.262.624,41	12.803.503,57	3.540.879,16
12- MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	.	4.387.109,26	4.387.109,26	7.050.057,05	2.662.947,79
13- MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES	.	4.781.445,56	4.781.445,56	5.753.446,52	972.000,96
14- MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	.	94.069,59	94.069,59		-94.069,59
15- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	.	2.004,97	2.004,97	13.991,74	11.986,77
16- INDENIZAÇÕES	.			509,80	509,80
17- RESTITUIÇÕES	.	2.004,97	2.004,97	13.481,94	11.476,97
18- RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	.	19.522.285,39	19.522.285,39	8.573.611,97	-10.948.673,42
19- RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	.	19.522.285,39	19.522.285,39	8.573.611,97	-10.948.673,42
20- RECEITAS DIVERSAS	.	1.072.792,91	1.072.792,91	792.510,79	-280.282,12
21- Receitas de Seguros	.			1.250,00	1.250,00
22- RECEITA DA "TERCEIRIZAÇÃO" DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS AGENTES PÚBLICOS	.	650.000,00	650.000,00	310.510,00	-339.490,00
23- OUTRAS RECEITAS	.	422.792,91	422.792,91	480.750,79	57.957,88
24- RECEITA DE CAPITAL	.	314.919,00	314.919,00		-314.919,00
25- ALIENAÇÃO DE BENS	.	314.919,00	314.919,00		-314.919,00
26- RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	.				
27- SUB-TOTAL DAS RECEITAS	.	153.550.859,56	153.550.859,56	153.246.585,21	-304.274,35
28- DÉFICIT	.				
29- TOTAL	.	153.550.859,56	153.550.859,56	153.246.585,21	-304.274,35
30- SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	.		13.954.331,00		13.954.331,00
31- SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR	.		13.954.331,00		13.954.331,00

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstracoes-contabeis/>

Demonstrativos Contábeis

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESES EMPENHADAS	DESPESES LIQUIDADAS	DESPESES PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
01- CRÉDITO DISPONÍVEL	.	153.550.859,56	167.505.190,56	134.464.112,51	129.495.796,68	126.136.818,75	33.041.078,05
02- CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS CORRENTES	.	147.077.919,05	156.676.051,92	130.635.819,98	127.825.089,85	125.158.101,48	26.040.231,94
03- VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	.	76.882.805,16	78.187.805,16	68.775.151,76	68.775.151,76	67.052.134,78	9.412.653,40
04- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	.	76.882.805,16	78.187.805,16	68.775.151,76	68.775.151,76	67.052.134,78	9.412.653,40
05- CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	.	192.914,40	206.914,40	166.667,28	166.667,28	164.028,38	40.247,12
06- VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	.	51.255.541,76	50.500.713,84	45.813.851,46	45.813.851,46	45.813.851,46	4.686.862,38
07- OBRIGAÇÕES PATRONAIS	.	16.165.645,02	16.165.645,02	14.071.437,94	14.071.437,94	12.820.998,19	2.094.207,08
08- OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	.	6.850.766,98	8.304.771,15	6.234.113,03	6.234.113,03	5.764.174,70	2.070.658,12
09- SENTENÇAS JUDICIAIS	.	2.417.937,00	2.632.937,00	2.223.639,81	2.223.639,81	2.223.639,81	409.297,19
10- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	.		376.823,75	265.442,24	265.442,24	265.442,24	111.381,51
11- OUTRAS DESPESAS CORRENTES	.	70.195.113,89	78.488.246,76	61.860.668,22	59.049.938,09	58.105.966,70	16.627.578,54
12- TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	.	37.172.594,10	37.172.594,10	37.090.590,54	37.090.590,54	37.050.451,06	82.003,56
13- CONTRIBUIÇÕES	.	37.172.594,10	37.172.594,10	37.090.590,54	37.090.590,54	37.050.451,06	82.003,56
14- OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	.	33.022.519,79	41.315.652,66	24.770.077,68	21.959.347,55	21.055.515,64	16.545.574,98
15- DIÁRIAS	.	430.000,00	655.960,00	489.581,00	489.581,00	489.581,00	166.379,00
16- MATERIAL DE CONSUMO	.	1.947.596,54	1.796.836,34	751.184,19	721.325,35	671.103,65	1.045.652,15
17- MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	.	100.000,00	134.600,00	33.457,50	22.420,00	22.420,00	101.142,50
18- PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	.	324.861,76	326.881,76	217.584,78	200.750,87	188.787,94	109.296,98
19- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	.	663.428,25	1.003.428,25	858.860,56	857.860,56	843.455,00	144.567,69
20- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	.	26.501.733,24	33.276.208,31	19.386.916,05	16.636.233,90	15.809.742,18	13.889.292,26
21- DESPESAS MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO	.	300.000,00	210.000,00	35.327,48	35.327,48	35.327,48	174.672,52
22- OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	.	65.000,00	67.000,00	13.561,82	13.561,82	13.561,82	53.438,18
23- SENTENÇAS JUDICIAIS	.	20.000,00	95.000,00	69.024,04	69.024,04	69.024,04	25.975,96
24- DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	.		173.368,00	92.055,11	91.271,88	91.271,88	81.312,89
25- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	.	2.669.900,00	3.576.370,00	2.822.525,15	2.821.990,65	2.821.240,65	753.844,85
26- CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS DE CAPITAL	.	4.751.959,44	9.108.157,57	3.828.292,53	1.670.706,83	978.717,27	5.279.865,04
27- INVESTIMENTOS	.	4.751.959,44	9.108.157,57	3.828.292,53	1.670.706,83	978.717,27	5.279.865,04
28- INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	.	4.751.959,44	9.108.157,57	3.828.292,53	1.670.706,83	978.717,27	5.279.865,04
29- OBRAS E INSTALAÇÕES	.	1.256.991,81	2.266.991,81				
30- EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	.	3.494.967,63	6.841.165,76	3.828.292,53	1.670.706,83	978.717,27	3.012.873,23
31- RESERVA DE CONTIGÊNCIA	.	1.720.981,07	1.720.981,07				
32- SUB-TOTAL DAS DESPESAS	.	153.550.859,56	167.505.190,56	134.464.112,51	129.495.796,68	126.136.818,75	33.041.078,05
33- SUPERÁVIT	.			18.782.472,70			
34- TOTAL	.	153.550.859,56	167.505.190,56	153.246.585,21	129.495.796,68	126.136.818,75	14.258.605,35

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstracoes-contabeis/>

Balanço Financeiro

○ Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- a. a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- b. os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;

Demonstrativos Contábeis

c. as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e d. o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8º edição).

▲	INGRESSOS	NE	2019	2018
01-	Receita Orçamentária	.	153.246.585,21	140.146.514,42
02-	RECEITA REALIZADA	.	153.246.585,21	140.146.514,42
03-	RECEITA CORRENTE	.	153.246.585,21	140.146.514,42
04-	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	.	102.302.081,89	92.126.538,13
05-	CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	.	102.302.081,89	92.126.538,13
06-	ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	.	101.749.641,15	91.576.458,00
07-	ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	.	552.440,74	550.080,13
08-	RECEITAS PATRIMONIAIS	.	4.791.914,33	3.667.391,32
09-	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	.	4.791.914,33	3.667.391,32
10-	RECEITAS DE SERVIÇOS	.	23.968.970,92	20.612.945,27
11-	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	.	23.968.970,92	20.612.945,27
12-	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	.	22.183.618,07	23.739.639,70
13-	MULTAS E JUROS DE MORA	.	12.803.503,57	9.901.569,98
14-	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	.	7.050.057,05	5.253.884,89
15-	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES	.	5.753.446,52	4.638.361,32
16-	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	.		9.323,77
17-	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	.	13.991,74	1.597,01
18-	INDENIZAÇÕES	.	509,80	
19-	RESTITUIÇÕES	.	13.481,94	1.597,01
20-	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	.	8.573.611,97	13.544.712,02
21-	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	.	8.573.611,97	13.544.712,02
22-	RECEITAS DIVERSAS	.	792.510,79	291.760,69
23-	Receitas de Seguros	.	1.250,00	
24-	RECEITA DA "TERCEIRIZAÇÃO" DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS AGENTES PÚBLICOS	.	310.510,00	
25-	OUTRAS RECEITAS	.	480.750,79	291.760,69
26-	Recebimentos Extraorçamentários	.	47.451.700,52	44.818.410,02
27-	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	31	4.968.315,83	2.814.537,46
28-	Inscrição de Restos a Pagar Processados	32	3.358.977,93	1.741.978,67
29-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	.	8.926.160,31	37.398,30
30-	Outros Recebimentos Extraorçamentários	.	30.198.246,45	40.224.495,59
31-	Saldo em espécie do Exercício Anterior	33	55.056.381,95	36.494.089,28
32-	Caixa e Equivalente de Caixa	.	54.043.399,62	35.861.114,29
33-	Depósitos. Rest. Vlr Vinculados	.	1.012.982,33	632.974,99
34-	Total dos Ingressos	.	255.754.667,68	221.459.013,72

▲	DISPÊNDIOS	NE	2019	2018
01-	Despesa Orçamentária	.	134.464.112,51	122.468.430,14
02-	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	.	4.968.315,83	2.814.537,46
03-	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	.	3.358.977,93	1.741.978,67
04-	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO	.	126.136.818,75	117.911.914,01
05-	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO - DESPESAS CORRENTES	.	125.158.101,48	117.344.819,98
06-	VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	.	67.052.134,78	64.495.238,56
07-	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	.	67.052.134,78	64.495.238,56
08-	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	.	164.028,38	151.561,98
09-	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	.	45.813.851,46	43.969.137,98
10-	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	.	12.820.998,19	12.535.736,17
11-	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	.	5.764.174,70	5.631.516,69
12-	SENTENÇAS JUDICIAIS	.	2.223.639,81	1.516.569,59
13-	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	.	265.442,24	690.716,15
14-	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	.	58.105.966,70	52.849.581,42
15-	TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	.	37.050.451,06	33.932.401,81
16-	CONTRIBUIÇÕES	.	37.050.451,06	33.932.401,81
17-	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	.	21.055.515,64	18.917.179,61
18-	DIÁRIAS	.	489.581,00	391.665,00
19-	MATERIAL DE CONSUMO	.	671.103,65	791.352,29
20-	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	.	22.420,00	14.710,80
21-	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	.	188.787,94	129.282,12
22-	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	.	843.455,00	444.035,94
23-	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	.	15.809.742,18	14.427.942,42
24-	DESPESAS MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO	.	35.327,48	42.031,77
25-	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	.	13.561,82	42.262,42
26-	SENTENÇAS JUDICIAIS	.	69.024,04	24.116,08
27-	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	.	91.271,88	37.761,90
28-	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	.	2.821.240,65	2.572.018,87
29-	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO - DESPESAS DE CAPITAL	.	978.717,27	567.094,03
30-	INVESTIMENTOS	.	978.717,27	567.094,03
31-	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	.	978.717,27	567.094,03
32-	OBRAS E INSTALAÇÕES	.		338.767,63
33-	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	.	978.717,27	228.326,40
34-	Transferências Financeiras Concedidas	.		
35-	Pagamentos Extraorçamentários	.	42.913.059,91	43.934.201,63
36-	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	34	2.179.461,51	2.006.289,91
37-	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	35	1.745.445,34	2.093.438,25
38-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	.	7.613.515,92	1.601.699,39
39-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	.	31.374.637,14	38.232.774,08
40-	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	36	78.377.495,26	55.056.381,95
41-	Caixa e Equivalente de Caixa	.	77.192.796,80	54.043.399,62
42-	Depósitos. Rest. Vlr Vinculados	.	1.184.698,46	1.012.982,33
43-	Total dos Dispêndios	.	255.754.667,68	221.459.013,72

Demonstrações dos Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC identificará:

- a. as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- b. os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- c. o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

Definições

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valor conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros fins. Para que o investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele deve ser prontamente conversível em quantia conhecida de caixa e estar sujeito a risco insignificante de mudanças de valor. Portanto, o investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa somente quando tiver vencimento de curto prazo de, por exemplo, três meses ou menos a partir da data de aquisição. Em regra, os investimentos em ações de outras entidades são excluídos dos equivalentes de caixa.

Fluxos de caixa são as entradas e as saídas de caixa e de equivalentes de caixa.

Os fluxos de caixa excluem movimentos entre itens que constituem caixa ou equivalentes de caixa porque esses componentes são parte da gestão de caixa da entidade e não parte de suas atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A gestão de caixa inclui o investimento do excesso de caixa em equivalentes de caixa.

Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade.

Atividades de investimento são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

Atividades operacionais são as atividades da entidade que não as de investimento e de financiamento. (**Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8º edição**).

Demonstrativos Contábeis

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	NE	2019	2018
01- INGRESSOS	.		
02- RECEITA CORRENTE	.	153.246.585,21	140.146.514,42
03- RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	.	102.302.081,89	92.126.538,13
04- CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	.	102.302.081,89	92.126.538,13
05- ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	.	101.749.641,15	91.576.458,00
06- ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	.	552.440,74	550.080,13
07- RECEITAS PATRIMONIAIS	.	4.791.914,33	3.667.391,32
08- RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	.	4.791.914,33	3.667.391,32
09- RECEITAS DE SERVIÇOS	.	23.968.970,92	20.612.945,27
10- SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	.	23.968.970,92	20.612.945,27
11- OUTRAS RECEITAS CORRENTES	.	22.183.618,07	23.739.639,70
12- MULTAS E JUROS DE MORA	.	12.803.503,57	9.901.569,98
13- MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	.	7.050.057,05	5.253.884,89
14- MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES	.	5.753.446,52	4.638.361,32
15- MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	.		9.323,77
16- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	.	13.991,74	1.597,01
17- INDENIZAÇÕES	.	509,80	
18- RESTITUIÇÕES	.	13.481,94	1.597,01
19- RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	.	8.573.611,97	13.544.712,02
20- RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	.	8.573.611,97	13.544.712,02
21- RECEITAS DIVERSAS	.	792.510,79	291.760,69
22- Receitas de Seguros	.	1.250,00	
23- RECEITA DA "TERCEIRIZAÇÃO" DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS AGENTES PÚBLICOS	.	310.510,00	
24- OUTRAS RECEITAS	.	480.750,79	291.760,69
25- OUTROS INGRESSOS	.	39.470.361,17	40.915.379,67

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	NE	2019	2018
01- DESEMBOLSOS	.		
02- CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO - DESPESAS CORRENTES	.	125.158.101,48	117.344.819,98
03- VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	.	67.052.134,78	64.495.238,56
04- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	.	67.052.134,78	64.495.238,56
05- CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	.	164.028,38	151.561,98
06- VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	.	45.813.851,46	43.969.137,98
07- OBRIGAÇÕES PATRONAIS	.	12.820.998,19	12.535.736,17
08- OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	.	5.764.174,70	5.631.516,69
09- SENTENÇAS JUDICIAIS	.	2.223.639,81	1.516.569,59
10- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	.	265.442,24	690.716,15
11- OUTRAS DESPESAS CORRENTES	.	58.105.966,70	52.849.581,42
12- TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	.	37.050.451,06	33.932.401,81
13- CONTRIBUIÇÕES	.	37.050.451,06	33.932.401,81
14- OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	.	21.055.515,64	18.917.179,61
15- DIÁRIAS	.	489.581,00	391.665,00
16- MATERIAL DE CONSUMO	.	671.103,65	791.352,29
17- MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	.	22.420,00	14.710,80
18- PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	.	188.787,94	129.282,12
19- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	.	843.455,00	444.035,94
20- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	.	15.809.742,18	14.427.942,42
21- DESPESAS MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO	.	35.327,48	42.031,77
22- OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	.	13.561,82	42.262,42
23- SENTENÇAS JUDICIAIS	.	69.024,04	24.116,08
24- DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	.	91.271,88	37.761,90
25- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	.	2.821.240,65	2.572.018,87
26- OUTROS DESEMBOLSOS	.	43.443.310,45	44.967.694,75
27- FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	37	24.115.534,45	18.749.379,36

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	NE	2019	2018
01- INGRESSOS	.		
02- DESEMBOLSOS	.		
03- INVESTIMENTOS	.	978.717,27	567.094,03
04- INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	.	978.717,27	567.094,03
05- OBRAS E INSTALAÇÕES	.		338.767,63
06- EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	.	978.717,27	228.326,40
07- FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	.	-978.717,27	-567.094,03
08- FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	37		
09- INGRESSOS	.		
10- DESEMBOLSOS	.		
11- FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	37		
12- APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	.		
13- GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	.	23.136.817,18	18.182.285,33
14- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	.	54.043.399,62	35.861.114,29
15- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	.	77.180.216,80	54.043.399,62

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/demonstracoes-contabeis/>

Contexto Operacional

O Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo, localizado na Alameda Ribeirão Preto nº 82, bairro da Paulista, São Pulo/SP, vinculado ao Conselho Federal de Enfermagem, criado pela Lei nº 5.905 de 12 de Julho de 1973, é uma Autarquia Federal da Administração Pública Indireta dotada de personalidade jurídica de Direito Público, com autonomia administrativa, financeira, patrimonial, orçamentária e política, que tem como finalidade a normatividade, disciplina e fiscalização do exercício da Enfermagem, e da observância de seus princípios éticos profissionais.

A estrutura, organização e funcionamento foram estabelecidos pela Resolução Cofen nº. 421 de 15 de Fevereiro de 2012. A constituição, sede e foro do Coren-SP estão regulamentados em seu Regimento Interno aprovado pela Decisão Coren-SP nº 03/2013.

A principal fonte de recursos do Conselho é composta pela arrecadação de anuidades e taxas de serviços administrativos.

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição da Secretaria do Tesouro Nacional.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I) Balanço Patrimonial (BP);
- II) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III) Balanço Orçamentário (BO);
- IV) Balanço Financeiro (BF);
- V) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo, visando atender às premissas do modelo da contabilidade aplicadas ao setor público.

Caixa e equivalentes de caixa:

As contas deste grupo estão demonstradas pelo critério de grau de liquidez de realização. Saldos esses em conta movimento e aplicações financeiras com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Seus valores são registrados pelos valores de custos estão disponibilizados e acrescidos dos rendimentos auferidos, até a data das demonstrações contábeis.

Os equivalentes de caixa do COREN-SP são mantidos com a finalidade de atendimento a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Créditos à curto prazo:

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis. Estão representados pelo saldo a receber dos valores de anuidades, multas de infrações e eleições, acrescidos de atualização monetária, multa e juros, em cobrança Administrativa.

Ajustes para perdas de devedores duvidosos:

A estimativa da perda com créditos de liquidação duvidosa sobre os créditos de curto prazo é calculada considerando-se o histórico de recebimento dos créditos apenas do exercício anterior. O percentual apurado é aplicado sobre o total dos créditos a receber do exercício atual, resultando assim na previsão do que não será recebido;

As atualizações dos créditos e os ajustes nas contas de provisões são contabilizados em contra partida às contas de Variações para posterior apuração do resultado do exercício.

a) Implantação de política contábil – Nós procedemos o registro contábil de ajuste para perdas de devedores duvidosos no encerramento do exercício de 2018 em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual (Mensuração de Ativos e Passivos, Receitas e Despesas).

b) Base de mensuração – Utilizamos média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios anteriores;

c) Julgamento pela aplicação - Na preparação das nossas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, porém, utilizamos o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que utilizamos o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazos:

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, com vencimento no curto prazo.

Estoques:

Compreende o somatório dos itens adquiridos pelo COREN-SP, com o objetivo de utilização própria no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas, composto principalmente de materiais de expediente, materiais para manutenção de bens móveis e imóveis, materiais de higiene, limpeza e conservação, e outros. Os materiais em almoxarifado estão avaliados pelo custo médio de aquisição, não superando o preço corrente de mercado.

Imobilizado:

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível:

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Depreciação, exaustão e amortização acumulada:

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável é o das quotas constantes. Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis do COREN-SP são apuradas pelo Sistema Patrimonial (SISPAT), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros: Método linear das cotas constantes ; As alíquotas de depreciação, vida útil e saldo residual guardam conformidade com a legislação do Imposto de Renda.

Passivo

Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Provisões

As provisões do COREN-SP estão segregadas do em três categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

Ativos e Passivos Contingentes:

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo

Compreende as obrigações referentes a Salários e Remunerações, bem como encargos sociais como INSS, FGTS e PIS, com vencimento até o término do exercício seguinte, apropriados de acordo com a legislação vigente.

Fornecedores e Contas a Pagar à Curto Prazo

Representado por valores a pagar aos fornecedores pela aquisição de materiais e/ou serviços, decorrentes dos empenhos liquidados e não pagos até o encerramento do exercício. As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Apuração do Resultado:

Em atendimento ao MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao setor Público – 8º edição) o COREN-SP apura os seguintes resultados:

Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a COREN-SP, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/ Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário tem previsão no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Também é possível verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Notas Explicativas

Nota 01: Caixa e Equivalentes de Caixa:

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa são administrados pelo COREN-SP, em consonância ao que dispõe o § 3º do Art.º 164 da Constituição Federal. Tais recursos são compreendidos pelos depósitos bancários, aplicações em Poupança e CDB-Certificados de Depósitos Bancários.

As contas deste subgrupo estão demonstradas em ordem decrescente do grau de liquidez, avaliadas pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço. Os caixas e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

CONTA	2019	2018	AH%
01- Bancos Conta Movimento	4.986.834,17	2.867.605,40	73,90%
02- Rede Bancária Arrecadação Banco Do Brasil	258.721,77	392.363,17	-34,06%
03- Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	71.947.240,86	50.783.431,05	41,67%
04- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	77.192.796,80	54.043.399,62	42,83%

Nota 02: Dívida Ativa Tributária e de Contribuições:

A Dívida Ativa é oriunda dos valores das Contribuições de exercícios anteriores, bem como de Contribuições não realizadas no ano em curso. Considera-se Dívida Ativa de Curto Prazo os valores previstos para recebimento até o término do exercício subsequente. A Dívida de Curto Prazo registrada em 31/12/2019 contempla o valor principal acrescido de juros e multa de mora.

Para constituição da estimativa de perda com créditos da Dívida Ativa foi utilizada a metodologia baseada no histórico de recebimentos dos exercícios de 2017 a 2019.

Nesta metodologia, calcula-se o quociente de recebimento e a perda estimada por exercício, com base no total de recebimento e no total dos saldos de créditos tributários a receber no início de cada exercício.

Nota 03: Ajuste de Perdas de Créditos à Curto Prazo:

O ajuste de perdas de créditos à curto prazo compreende o ajuste para perdas estimadas com o não recebimento de valores do ativo (créditos tributários, dívida ativa, transferências, clientes, empréstimos concedidos, demais créditos), por inadimplência de terceiros e outras.

O Cálculo do ajuste para perdas de créditos à Curto Prazo foi baseado no histórico de recebimentos passados. Nesta metodologia, a perda estimada é calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e subtraindo-se este resultado do saldo atualizado da conta valores a receber. Para curto prazo, consideraram-se os débitos que estiverem parcelados, através de acordos, e que seus vencimentos ficassem adstritos até 12 meses do término do exercício seguinte conforme quadro abaixo.

Base de Cálculo	ANUIDADES DO EXERCÍCIO	ANUIDADES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E DE CONTRIBUIÇÕES
01- Exercício 2017			
02- Total de Saldos de Créditos Tributários a Receber Anual	138.375.945,25	81.531.451,78	32.248.002,72
03- Total de Recebimentos Anuais	76.387.635,74	0,00	26.193.689,93
04- QM = Quociente de Recebimentos	55,20%	0,00%	81,23%
05- PE = Perda Estimada	44,80%	0,00%	18,77%
06- Exercício 2018			
07- Total de Saldos de Créditos Tributários a Receber Anual	145.987.787,88	0,00	44.694.243,71
08- Total de Recebimentos Anuais	76.395.202,30	0,00	23.358.344,94
09- QM = Quociente de Recebimentos	52,33%	0,00%	52,26%
10- PE = Perda Estimada	47,67%	0,00%	47,74%
11- Exercício 2019			
12- Total de Saldos de Créditos Tributários a Receber Anual	153.083.009,31	0,00	49.520.157,93
13- Total de Recebimentos Anuais	79.217.429,74	0,00	8.065.049,83
14- QM = Quociente de Recebimentos	51,75%	0,00%	16,29%
15- PE = Perda Estimada	48,25%	0,00%	83,71%
16- Estimativa de Perda - CP	46,91%	0,00%	50,08%
17- Saldo 31/12/2019	82.671.287,88	0,00	16.773.514,57
18- PEM - Perda Estimada Média - 3 exercícios	38.778.110,25	0,00	8.399.353,78

LEGENDA

01- QR = (Total de recebimentos anuais) / (Saldos de créditos tributários a receber)

02- PE = 100% - QR

03- PEM = (PE2017 + PE2018 + PE2019) / 3

Notas Explicativas

Destacamos que o Balanço Patrimonial do exercício se encontra evidenciada, de forma analítica no exercício corrente, o valor bruto da Dívida Ativa e o valor da conta redutora Ajuste de Perdas de Créditos. Conforme subgrupo Créditos à Curto Prazo abaixo:

DESCRIÇÃO	2019	2018
01- ANUIDADES PESSOA FÍSICA	0,00	81.531.451,78
02- ANUIDADES PESSOA JURÍDICA	0,00	311.407,87
03- ANUIDADES DO EXERCÍCIO	82.671.287,88	0,00
04- ANUIDADES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15.081.071,78	0,00
05- Dívida Ativa – Anuidades Pessoa Física – Curto Prazo - Fase ADM	10.179.411,38	49.509.098,73
06- Dívida Ativa – Anuidades Pessoa Jurídica – Curto Prazo- Fase ADM	0,00	11.059,20
07- Dívida Ativa – Anuidades Pessoa Física – Curto Prazo- Fase EXE	6.594.103,19	0,00
08- COFEN – ¼ - Restituição de Profissionais	0,00	365.104,49
09- Cota Cofen Repassada a Maior	0,00	34.270,41
10- COFEN – ¼ - Restituição de Profissionais	436.723,72	0,00
11- Cota Cofen Repassada a Maior	38.069,14	0,00
12- (-) Ajuste de Perdas de Créditos – Pessoa Física	0,00	-11.432.104,13
13- (-) Ajuste de Perdas de Créditos - Anuidades do Exercício	-38.778.110,25	
14- (-)Ajuste de Perdas de Crédito - Dívida Ativa Tributárias e Contribuições - Curto Prazo	-8.399.353,78	
15- TOTAL SUBGRUPO CRÉDITOS À CURTO PRAZO	67.823.203,06	120.330.288,35

Nota 04: Demais Créditos e Valores à Curto Prazo:

Compreende os créditos valores não enquadráveis nos demais subgrupos, com previsão de realização até o término do exercício social subsequente. Os montantes são registrados neste subgrupo pelo valor original, conforme detalhado no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2019	2018
01- Adiantamentos Concedidos a Pessoal	12.569,82	429.686,56
02- Adiantamento/Depósitos de Suprimento de Fundos	688,65	688,65
03- Depósitos Suprimento de Fundos-Prestação de Contas	0,00	258,49
04- Tributos a Recuperar	36.134,30	39.471,01
05- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.184.698,46	1.012.982,33
06- Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	3.547,64	11.306,00
Total	1.237.638,87	1.494.393,04

Os Adiantamentos Concedidos a Pessoal correspondem aos valores de férias e salários, a serem descontados em Folha de Pagamento. Os Adiantamentos e Depósitos de Suprimento de Fundos correspondem aos valores adiantados aos detentores de suprimentos, a critério e sob a responsabilidade do Ordenador de Despesas, pendentes de prestação de contas.

Os Tributos a Recuperar correspondem a valores passíveis de restituição ao COREN-SP.

Os Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados correspondem aos depósitos recursais efetuados em virtude de processos cíveis e trabalhistas, nos quais o Conselho é parte envolvida. A análise periódica destes valores é efetuada pela GJUR-Gerência Jurídica.

Os demais créditos a receber correspondem ao repasse de cota parte efetuado no exercício de 2016 bem como multa por inexecução contratual do fornecedor, receita não passível de repasse da cota parte e outros créditos com terceiros, de natureza temporária, a serem restituídos ao Conselho.

Nota 05: Estoques:

Compreende o valor dos bens adquiridos pelo COREN-SP, com o objetivo de utilização própria no curso normal de suas atividades administrativas e operacionais, adquiridos através de processo licitatório, mensurados pelo custo médio de aquisição.

DESCRIÇÃO	2019	2018
Material de Consumo	266.671,13	181.934,00

DESCRIÇÃO	DEMONSTRATIVO	VALOR
01 - (+) Saldo Inicial em Estoque	Balanço Patrimonial Comparado	181.934,00
02- (+) Liquidações do Exercício	Comparativo da Despesa Liquidada	721.325,35
03- (+) Liquidações de Restos a Pagar	Quadro 13	74.973,23
04- (+) Ganhos com Incorporação de Ativos	Variações Patrimoniais	6.733,47
05- (-) Material de Consumo	Variações Patrimoniais	717.844,02
06- Outras Variações	Variações Patrimoniais	450,90
07- (=) SALDO FINAL EM ESTOQUE	BALANÇO PATRIMONIAL	266.671,13

Nota 06 - Dívida Ativa Tributária:

A Dívida Ativa de Longo Prazo é oriunda dos valores das Contribuições de exercícios anteriores que foram inscritos como Dívida Ativa com previsão de recebimento após o término do exercício subsequente. A Dívida de Longo Prazo registrada em 31/12/2019 contempla o valor principal acrescido de juros e multa de mora:

Para longo prazo, consideraram-se os débitos que não haviam sido parcelados, ou seja, não se encontravam em acordos, bem com os parcelamentos que excedessem o término do exercício social seguinte. Através desta sistemática foi possível aplicar critérios objetivos para segregação da dívida ativa em curto e longo prazo, conforme quadros abaixo:

Notas Explicativas

DÍVIDA ATIVA – LONGO PRAZO		2019	2018
01- Dívida Ativa Longo Prazo – Fase Administrativa PF		63.591.792,88	146.792.319,79
02- Dívida Ativa Longo Prazo – Fase Executiva PF		49.189.606,97	75.615.601,66
03- Dívida Ativa Longo Prazo – Fase Administrativa PJ		0,00	0,00
04- Dívida Ativa Longo Prazo – Fase Executiva PJ		3.305,86	915.273,58
05- Receita a Classificar – 3032-5 BB		0,00	0,00
Total		112.784.705,71	223.323.195,03

DÍVIDA ATIVA LONGO PRAZO	31/12/2018	(+) RECLASSIFICA DO	(-) RECEBIMENTO	(-)PERDAS ANUID.INCONST	(-)AJUSTES EXERC. ANTERIORES	31/12/2019
01- Dívida Ativa Longo Prazo - Fase Administrativa PF	146.792.319,79	2.578.543,78	3.640.125,51	36.645.094,21	45.493.850,97	63.591.792,88
02- Dívida Ativa Pessoa Física – ADM	146.792.319,79	2.578.543,78	3.640.125,51	36.645.094,21	45.493.850,97	63.591.792,88
03- Dívida Ativa Longo Prazo - Fase Executiva PF	75.615.601,66	1.806.099,11	2.634.076,48		25.598.017,32	49.189.606,97
04- Dívida Ativa Pessoa Física – EF	75.615.601,66	1.806.099,11	2.634.076,48		25.598.017,32	49.189.606,97
05- Dívida Ativa Longo Prazo - Fase Executiva PJ	915.273,58				911.967,72	3.305,86
06- Dívida Ativa Pessoa Jurídica - Executiva PJ	915.273,58				911.967,72	3.305,86
07- Receita a Classificar - 3032-5 BB - Conta Redutora da Dívida Ativa	-641.228,64	641.228,64				0,00
08- TOTAL	222.681.966,39	5.025.871,53	6.274.201,99	36.645.094,21	72.003.836,01	112.784.705,71

AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	2019	2018
01- (-) Ajuste de Perdas de Créditos – Pessoa Física		0,00 -212.236.077,03
02- (-) Ajuste de Perdas de Créditos – Pessoa Jurídica		0,00 -813.013,48
03- (-) Ajuste de Perda de Créditos –Div.Ativa Tributária e Contribuições Longo Prazo	-108.457.547,33	0,00
Total	-108.457.547,33	-213.049.090,51

Na conta redutora de Receita a Classificar são registrados os recebimentos de Dívida Ativa realizada por meios judiciais nos quais existiu depósito em juízo e posterior transferência dos valores à conta do Coren-SP. Em muitos casos não é possível realizar a baixa da Dívida Ativa por falta de informação do processo e do inscrito responsável pelo pagamento.

A identificação dos créditos, por muitas vezes, ocorre de forma extemporânea, conforme justificativas apresentadas pela Gerência Jurídica quando da realização de auditoria interna sobre honorários advocatícios, em virtude dos motivos expostos a seguir:

- Demora na realização, pelo juízo, da intimação judicial acerca das transferências de valores, o que dificulta a vinculação dos valores aos processos e a confirmação dos pagamentos em sistema.

- A confirmação do pagamento judicial é realizada pela Gerência Jurídica- Dívida Ativa após a remessa da intimação judicial, na qual consta o comprovante de transferência de valores para a conta corrente do Coren/SP. Somente nesta oportunidade a Gerência Jurídica- Dívida Ativa efetua a identificação do pagamento, vinculação ao processo e baixa em sistema;

Considerando as dificuldades acima relatadas constata-se que, em muitos casos, não é possível efetuar a baixa do montante arrecadado da Dívida Ativa.

Durante o exercício de 2016, motivados a solucionar tal problema, foram estabelecidos fluxos internos para identificação dos créditos. Concomitantemente, o Conselho está buscando celebrar convênios com o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal para disponibilização das informações acerca dos depósitos judiciais e transferências realizadas, a fim de sanear a questão e dar maior celeridade na identificação e confirmação dos pagamentos judiciais.

No tocante ao ajuste de perdas de créditos da Dívida Ativa à Longo Prazo informamos que foi utilizada a mesma metodologia de cálculo mencionada no curto prazo.

▲ Base de Cálculo	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E DE CONTRIBUIÇÕES
01- Exercício 2017		
02- Total de Saldos de Créditos Tributários a Receber Anual	0,00	229.786.291,78
03- Total de Recebimentos Anuais	0,00	7.656.657,15
04- QM = Quociente de Recebimentos	0,00%	3,33%
05- PE = Perda Estimada	0,00%	96,67%
06- Exercício 2018		
07- Total de Saldos de Créditos Tributários a Receber Anual	0,00	247.171.510,78
08- Total de Recebimentos Anuais	0,00	13.282.679,06
09- QM = Quociente de Recebimentos	0,00%	5,37%
10- PE = Perda Estimada	0,00%	94,63%
11- Exercício 2019		
12- Total de Saldos de Créditos Tributários a Receber Anual	0,00	223.323.195,03
13- Total de Recebimentos Anuais	0,00	6.262.008,65
14- QM = Quociente de Recebimentos	0,00%	2,80%
15- PE = Perda Estimada	0,00%	97,20%
16- Estimativa de Perda - LP	0,00%	96,16%
17- Estimativa de Perda - LP	114.056.957,94	112.784.705,71
18- PEM - Perda Estimada Média - 3 exercícios	0,00	108.457.547,33

Nota 07 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos:

Corresponde a valor a ser recebido do Coren-Sergipe, em virtude de empréstimo concedido através do Processo Administrativo nº 90200/2009, registrado pelo valor original.

De acordo com o referido processo, o empréstimo de R\$ 80.000,00 atendeu o Coren-Sergipe para despesas com a contratação de serviços de projetos arquitetônicos e complementares para a sua nova sede, sem encargos.

Segundo Reunião Plenária do Coren-SP, ao qual foi submetida a matéria que trata do empréstimo realizado em prol do Coren-SE, em oportunidade pretérita, o entendimento é que a cobrança do valor em aberto está obstada devido à incidência de prazo prescricional, sendo assim ficou definido pelo colegiado deste regional, o acolhimento da prescrição do empréstimo celebrado entre as partes em 13/04/2009, sendo que as anotações de baixa dos registros contábeis se ocorrerão em Janeiro de 2020.

Nota 08 Imobilizado e Intangível:

Compreende os bens corpóreos e incorpóreos destinados a manutenção das atividades do COREN-SP.

Definição:

Ativo Imobilizado: É o item tangível que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, cuja utilização se dará por mais de um período (exercício).

Bens Móveis (B.M.): Compreende os bens que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social. São exemplos de bens móveis as máquinas, aparelhos, equipamentos, ferramentas, bens de informática (equipamentos de processamento de dados e de tecnologia da informação), móveis e utensílios, materiais culturais, educacionais e de comunicação, veículos, bens móveis em andamento, dentre outros.

Notas Explicativas

Bens Imóveis (B.I.): Compreende os bens vinculados ao terreno (solo) que não podem ser retirados sem destruição ou danos. São exemplos deste tipo de bem os imóveis residenciais, comerciais, edifícios, terrenos, aeroportos, pontes, viadutos, obras em andamento, hospitais, dentre outros.

Os Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis foram reavaliados no exercício de 2015, em atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, especificamente à NBC T 16.10.

As depreciações foram geradas mensalmente através do Sistema de Patrimônio e os lançamentos foram refletidos no Sistema Contábil, conforme quadro abaixo:

Ativo Intangível (I.): É um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

CONTA	SALDO EM 31/12/2018	AQUISIÇÕES	BAIXAS	SALDO 31/12/2019	DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	SALDO LÍQUIDO CONTÁBIL 31/12/2019
01- Biblioteca	44.455,79	683,40	0,00	45.139,19	0,00	45.139,19
02- Utensílios de Copa e Cozinha	107.043,90	0,00	0,00	107.043,90	58.696,17	48.347,73
03- Equipamentos De Informática	1.431.190,71	1.554.531,16	489,98	2.985.231,89	751.443,07	2.233.788,82
04- Máquinas e Equipamentos	414.628,81	546,00	0,00	415.174,81	223.744,68	191.430,13
05- Mobiliário Geral	1.068.430,52	0,00	0,00	1.068.430,52	494.944,43	573.486,09
06- Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto	286.212,14	0,00	0,00	286.212,14	155.560,93	130.651,21
07- Equipamentos de Telefonia e Comunicação	36.583,05	0,00	0,00	36.583,05	1.144,32	35.438,73
08- Aparelho de Medição e Orientação	204.069,90	0,00	0,00	204.069,90	169.906,96	34.162,94
09- Obras em Andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10- Edifícios	86.658.735,74	0,00	0,00	86.658.735,74	18.069.846,37	68.588.889,37
11- Softwares E Aquisições De Licenças	985.874,72	245.646,72	7.328,32	1.224.193,12	466.760,30	757.432,82
Total	91.237.225,28	1.801.407,28	7.818,30	93.030.814,26	20.392.047,23	72.638.767,03

Nota 09: Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas:

A depreciação e a Amortização do ativo é calculada pelo método linear com as alíquotas em conformidade com a legislação do Imposto de Renda conforme quadro abaixo demonstrado e as variações dos anos 2018 e 2019.

Contas	2019	2018
01- Utensílios de Copa e Cozinha	6.288,38	17.059,75
02- Equipamentos de Informática	221.712,30	178.254,69
03- Máquinas e Equipamentos	53.723,65	57.829,89
04- Móveis e Utensílios	77.046,07	101.969,76
05- Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto	36.321,18	43.416,18
06- Equipamentos de Telefonia e Comunicação	286,08	286,08
07- Equipamentos Médicos Hospitalares	35.417,85	44.428,77
08- Softwares E Licenças	9.887,33	140.549,70
09- Edifícios	4.553.593,92	4.461.370,90
Total	4.994.276,76	5.045.165,72

Nota 10: Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo:

Compreende as obrigações referentes a Salários e Remunerações, bem como encargos sociais como INSS, FGTS e PIS, com vencimento até o término do exercício seguinte, apropriados de acordo com a legislação vigente, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2019	2018
01- Salários e Remunerações a pagar	0,00	72,00
02- Encargos Sociais a pagar	1.200.963,92	1.210.472,99
Total	1.200.963,92	1.210.544,99

Notas Explicativas

Nota 11: Fornecedores e Contas a Pagar à Curto Prazo:

Representado por valores a pagar aos fornecedores pela aquisição de materiais e/ou serviços, decorrentes dos empenhos liquidados e não pagos até o encerramento do exercício, isto é, compreende os Restos a Pagar Processados inscritos no exercício e os Restos a Pagar Prorrogados.

São Restos a Pagar todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas ou canceladas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente. Distingue-se dois tipos de restos a pagar: os processados (despesas já liquidadas); e os não processados (despesas a liquidar ou em liquidação). A continuidade dos estágios de execução dessas despesas ocorrerá no próximo exercício, devendo ser controlados em contas de natureza de informação orçamentária específicas. Nessas contas constarão as informações de inscrição, execução (liquidação e pagamento) e cancelamento. Também, haverá tratamento específico para o encerramento, transferência e abertura de saldos entre o exercício financeiro que se encerra e o que inicia. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª edição)

DESCRIÇÃO	2019	2018
01- Restos a Pagar Processados	2.108.678,98	572.077,39
02- Restos a Pagar não Processados	0,00	6.564,14
Total	2.108.678,98	578.641,53

Nota 12: Obrigações Fiscais a Curto Prazo:

Compreende os impostos retidos de terceiros e funcionários com vencimento até o término do exercício seguinte, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2019	2018
01- INSS – Contribuição dos Segurados	0,00	204.642,83
02- IRRF sobre Salários	0,00	969.185,05
03- IRRF sobre alugueis	0,00	1.860,61
04- ISS a Recolher	0,00	9.897,74
05- Tributos Federais – IN RFB nº 1.234/2012	0,00	14,59
06- INSS – Serviços de Terceiros	0,00	12.313,83
07- PIS/PASEP a Recolher	52.114,73	0,00
08- TOTAL	52.114,73	1.197.914,65

Nota 13 Obrigações de Repartição a Outros Entes:

Compreende o valor a pagar da cota parte apurada sobre as receitas recebidas pelo Conselho, nos termos do Artigo nº 10 da Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, conforme quadro abaixo:

Cota Parte	2019	2018
01- Cota Parte Cofen	40.139,48	0

Como pode ser verificado acima, no exercício corrente a grande maioria dos valores referentes a repasse da Cota Cofen 25% sobre a receita que ingressaram nas contas correntes do conselho e foram repassados dentro do próprio exercício, restando como saldo a ser repassado no início seguinte o valor **R\$ 40.139,48**.

Nota 14: Provisões a Curto Prazo:

• Provisões judiciais

O Conselho é parte envolvida em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Assim, em atendimento à NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes foram efetuados os registros das provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis, conforme quadro abaixo:

TIPO DE PROVISÃO	2019	2018
01- Provisões trabalhistas	1.835.208,79	2.595.618,23
02- Provisões tributárias	59.309,52	82.601,79
03- Provisões cíveis	10.539,88	26.854,57
Total	1.905.058,19	2.705.074,59

Para constituição da provisão foi utilizado como base o Relatório de Provisionamento emitido pela Gerência Jurídica – GJUR, conforme termos processuais, contendo os detalhamentos de fase, valor econômico e risco relacionados às demandas judiciais que envolvem o Coren/SP. Este relatório foi elaborado pela Gerência Jurídica com base nos seguintes critérios:

a) *Provável: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer (há decisão judicial parcial ou totalmente desfavorável aos interesses do COREN-SP);*

b) *Possível: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota (ainda não há decisão judicial, mas é possível que a mesma venha a ser contrária aos interesses do COREN-SP);*

c) *Remota: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena (há decisão judicial favorável aos interesses do COREN-SP).*

As contingências cujos riscos de perda foram classificados como PROVÁVEL foram 100% provisionadas.

• Provisões de férias e encargos incidentes sobre férias

As provisões de férias são constituídas mensalmente em atendimento ao Regime de Competência com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais dos funcionários do COREN-SP, acrescidos dos respectivos encargos sociais, conforme quadro abaixo:

TIPO DE PROVISÃO	2019	2018
01- Provisão de Férias	4.902.260,31	4.330.698,47
02- Provisão de INSS s/Férias	1.101.469,28	992.881,98
03- Provisão de FGTS s'/Férias	391.642,03	345.788,63
Total	6.395.371,62	5.669.369,08

Nota 15: Demais Obrigações a Curto Prazo:

Compreende as demais obrigações junto a terceiros, não enquadráveis nos subgrupos acima elencados e com vencimento até o término do exercício seguinte. O saldo contábil no encerramento do exercício de 2019 foi de R\$ 6.207.840,42, onde destacaremos algumas contas que compõem o grupo.

Notas Explicativas

• Consignações em Folha de Pagamento

Constituem as retenções efetuadas em Folha de Pagamento, passíveis de repasse a terceiros, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2019	2018
01- Mensalidades Sindicais	0,00	5.747,14
02- Plano de Saúde	0,00	33.651,53
03- Contribuição Assistencial	12.246,87	0,00
04- Empréstimos Consignados (*)	94.213,59	85.726,78
Total	106.460,46	125.125,45

(*) Destacamos que durante o exercício de 2019 o Coren/SP celebrou convênios com a Caixa Econômica Federal e Banco Bradesco, para concessão de empréstimos aos seus funcionários por meio de consignação em folha de pagamento.

• Depósitos de Diversas Origens

Constituem depósitos efetuados em favor do Conselho, passíveis de repasse a terceiros ou identificação de sua origem, bem como outras obrigações não classificáveis nos itens anteriores, conforme detalhado no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2019	2018
01- Depósitos a Identificar	23.812,23	4.097,47
02- Receitas a Classificar	0,00	0,00
03- Cauções de Terceiros	3.836,05	3.836,05
04- Restituições a Pagar	405,34	1.041,26
05- Honorários de Sucumbência	51.477,24	98.814,11
06- Receita a Classificar 2195	0,00	58,28
07- Receitas a Classificar 3032	304.983,73	66.719,07
Total	384.514,59	174.566,24

Os Depósitos a Identificar referem-se a valores que ingressaram nas contas bancárias do Coren/SP, ainda não identificados ou reclamados por terceiros. As Cauções de Terceiros constituem depósitos efetuados por fornecedores para garantia de participação em licitações e formalização de contratos.

Restituições a pagar constituem valores a serem restituídos aos profissionais da Enfermagem, pendentes de efetivação bancária até o momento.

Receita a Classificar são valores creditados em conta corrente que, no primeiro momento não foram identificadas pela GJUR (Gerência Jurídica), referente às execuções de dívida ativa.

• Receita Antecipada a Curto Prazo:

O valor de R\$ 4.394.615,57 corresponde à parcela de recebimento antecipado de anuidades referente ao exercício de 2020 no exercício de 2019. Tais valores foram reconhecidos no Passivo, sem o reconhecimento da VPA correspondente, haja vista que o direito da entidade aos tributos ocorrerá no exercício seguinte, de acordo com o disposto no MCASP 8ª edição item 8.5, Parte II:

DESCRIÇÃO	2019	2018
01- Antecipação de Anuidades PF	4.393.330,43	1.144.574,49
02- Antecipação de Anuidades PJ	1.285,14	0,00
Total	4.394.615,57	1.144.574,49

Nota 16: Provisões à Longo Prazo:

No exercício corrente houve a segregação das provisões dos passivos trabalhistas em curto e longo prazo para que as informações contábeis sejam melhores evidenciadas em conformidade com à NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes foram efetuados os registros contábeis das provisões para riscos fiscais trabalhistas, tributários e cíveis, conforme quadro abaixo:

TIPO DE PROVISÃO	2019	2018
01- Provisões trabalhistas	2.973.552,65	3.888.400,33
02- Provisões tributárias	32.018,83	32.018,83
03- Provisões cíveis e Saúde Pública	68.395,76	102.618,82
Total	3.073.967,24	4.023.037,98

Nota 17: Resultados Acumulados:

DESCRIÇÃO	2019	2018
01- PATRIMÔNIO LÍQUIDO	316.498.248,92	244.779.320,38
02- Ajuste de Exercícios Anteriores	-20.697.572,91	17.592.467,84
03- Resultado do Exercício	92.416.501,45	81.082.290,84
04- Superávit/Déficit Acumulados Exercícios Anteriores	244.779.320,38	146.104.561,70

Na conta Ajuste De Exercícios Anteriores foram contabilizados os efeitos de alteração de critério utilizado para o cálculo da Dívida Ativa no exercício corrente, pois o relatório apresentado pela GTI ainda estava com efeito do ajuste de exercício referente a dívida ativa realizado em 2018 referente aos dois exercícios anteriores de 2017 e 2018. Isto ocorreu devido ao fato de que o relatório enviado pela GTI estava considerando além da posição dos créditos inscritos em dívida ativa e sua atualização monetária também foram considerados a anuidade do exercício corrente. Para que fosse regularizada esta situação, foram solicitados novos relatórios à GTI dos exercícios de 2017 e 2018 da mesma forma em que foi extraído o relatório de 2019, isto é, sem o efeito da anuidade do exercício corrente. Da análise destes relatórios, verificou-se que não é possível segregar o valor principal da atualização monetária, deste modo foi consenso entre as áreas técnicas Controladoria e Contabilidade o reconhecimento como ajuste desse valor como resultado exercícios anteriores conforme quadro abaixo:

Composição da Conta 2019	R\$
01- Saldo Anterior	
02- Ajuste de Critério Dívida Ativa	20.368.331,69
03- Regularizações de Pendências em anos anteriores	329.241,22
04- Saldo Final 31/12/2019	20.697.572,91

O resultado patrimonial foi apurado com base no Regime de Competência das receitas e das despesas, de acordo com as normas contábeis. Compreende o superávit patrimonial da Autarquia (Resultado do Exercício), a saber:

01- (+) Variação Patrimonial Aumentativa	430.211.581,00
02- (-) Variação Patrimonial Diminutiva	337.795.079,55
03- (=) RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	92.416.501,45

Notas Explicativas

Demonstrações das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício.

Caso o total das variações patrimoniais aumentativas seja superior ao total das variações patrimoniais diminutivas, temos que o resultado patrimonial foi superavitário ou que houve um superávit patrimonial. Caso contrário, diz-se que o resultado patrimonial foi deficitário ou que houve um déficit patrimonial.

Nota 18 Contribuições:

Receita de Arrecadação de Anuidade houve um crescimento de 3,03% do exercício 2018 para 2019, isto foi possível devido ao número de crescimento de novos profissionais inscritos, ou seja, o crescimento vegetativo, bem a incidência da correção através do INPC.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)	2019	2018	AV
01- Contribuições	168.521.015,11	163.572.747,27	3,03
02- Exploração e venda de bens, serviços e direitos	23.971.513,34	20.619.724,46	16,26
03- Variações patrimoniais aumentativas financeiras	6.177.912,42	5.368.339,65	15,08
04- Transferências recebidas			
05- Valorização e ganhos com ativos	6.733,47	16.000,05	-57,92
06- Outras variações patrimoniais aumentativas	231.534.406,66	251.543.189,63	-7,95
07- TOTAL (VPA)	430.211.581,00	441.120.001,06	-2,47

Nota 19 Exploração e Vendas de Bens, Serviços Direitos:

Compreende as variações patrimoniais aumentativas auferidas com a exploração e venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, segregando-se a venda bruta das deduções como devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

Receita de Prestação de Serviços são compostas por, taxas cobradas no exercício de poder de polícia são: Taxas de inscrições pessoas físicas, Expedição de Certidão PJ, Expedição de Carteiras PF, Taxa de Inscrição Pessoas Jurídicas e Outros Serviços, houve um crescimento, quando comparamos os exercícios de 2018 e 2019, de 16,26%, este crescimento se justifica pelo aumento do número de novos profissionais.

Nota 20 Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras:

Representam o somatório das variações patrimoniais aumentativas decorrentes de operações financeiras. São exemplos: juros e encargos de empréstimos internos concedidos, juros e encargos de empréstimos externos concedidos, juros e encargos de financiamentos internos concedidos juros e encargos de mora, etc.

As Receitas Patrimoniais houve um crescimento de 15,08%, quando comparamos os exercícios de 2018 e 2019, as receitas são provenientes aos rendimentos aplicados pelo Coren-SP em Caderneta de Poupança e CDB.

Nota 21 Valorizações e Ganhos com Ativos:

Representam o somatório da variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos, bem como com a desincorporação de passivos. São exemplos: reavaliação de imobilizado, reavaliação de intangíveis, ganhos com alienação de investimentos, ganhos com alienação de imobilizado, ganhos com incorporação de ativos por descobertas, ganhos com desincorporação de passivos, etc.

Quando comparamos os exercícios de 2018 e 2019, a conta valorização e ganhos de ativos representaram uma redução de aproximadamente 57,92%.

Notas Explicativas

Nota 22 Outras Variações Patrimoniais Aumentativas:

Representam o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores. São exemplos: resultado positivo de equivalência patrimonial, reversão de provisões e ajustes de perdas, etc.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, item de maior representatividade no grupo, houve um aumento significativo devido mudanças na políticas contábeis, visando ao atendimento das Normas Brasileiras aplicadas a Setor Público como : à reversão de Provisões para perdas com dívida ativa, reversão de processos trabalhistas, cíveis e demais provisões.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)	2019	2018	AV
01- Pessoal e encargos	72.243.669,26	69.323.765,51	4,21
02- Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	24.661.184,66	23.202.122,62	6,29
03- Variações patrimoniais diminutivas financeiras	6.666.702,44	3.654.187,49	82,44
04- Transferências concedidas	37.090.590,54	34.153.750,15	8,60
05- Desvalorização e perda de ativos	192.282.388,47	224.481.194,64	-14,34
06- VPD Tributárias	13.561,83	15.456,59	-12,26
07- Outras variações patrimoniais diminutivas	4.836.982,35	5.207.233,22	-7,11
TOTAL (VPD)	337.795.079,55	360.037.710,22	-6,18

Nota 23: Pessoal e Encargos:

Resultantes da remuneração do pessoal ativo, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público.

As despesas com pessoal e encargos cresceu em 4,21% devido aos ao dissídio coletivo 3%, estendido a todos os benefícios como Vale Alimentação, Vale Refeição Auxílio creche a partir de maio/2019.

Nota 24 Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo:

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (despesas de pessoal e encargos). Compreende: diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, aluguel, depreciação, amortização, exaustão, entre outras.

Quando analisamos os exercícios de 2018 e 2019, notamos um aumento de aproximadamente 6,29%, tendo como um dos fatores, o consumo superior de materiais de consumo durante o exercício de 2019.

Nota 25 Variações patrimoniais diminutivas financeiras

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

No exercício de 2019, houve um aumento significativo de 82,44% em relação ao exercício 2018 e 2019, isso se deve ao aumento de despesas bancárias entre outros.

Nota 26 Transferências concedidas:

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios, transferências ao exterior e execuções orçamentárias delegadas.

Quando analisamos os exercícios de 2018 em comparação ao de 2019, as transferências de cota parte repassadas ao Conselho Federal (Cofen) cresceu 8,60% de um exercício para o outro.

Nota 27 Desvalorização e perda de ativos:

Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com desvalorização e perdas de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, provisões para perdas, perdas com alienação de ativos e perdas involuntárias. Compreende também a variação patrimonial diminutiva com incorporação de passivo e desincorporação de ativos, como por exemplo a desincorporação da dívida ativa tributária.

Os ajustes de perdas de dívida ativa foram realizados com base em cálculos dos recebíveis dos exercícios de 2018 para 2019 confrontados pelo estoque da dívida para estes exercícios, aplicando-se, a estes saldos de estoque devedor, um índice de provável perda para cada exercício.

Nota 28 VPD Tributárias:

Compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas relativas às obrigações de responsabilidade do ente ou entidades públicas relativas à impostos, taxas e contribuições de melhoria e houve uma diminuição de 2018 para 2019 em 12,26%.

Nota 29 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. São valores referentes à constituição de provisões de riscos trabalhistas, riscos fiscais e cíveis houve um decréscimo quando comparados os exercícios de 2019/2020 houve uma diminuição de aproximadamente 7,11%, ocasionado pelo mudanças de critérios de contábeis.

Notas Explicativas

Nota 30 Resultado Patrimonial:

Resultado patrimonial do período é calculado pela diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). Quando este resultado é positivo temos superávit patrimonial. Caso contrário temos um déficit patrimonial no período.

Em 2019 o resultado Patrimonial do Coren-SP foi um superavitário em R\$ **92.416.501,45**, observa-se um crescimento do Resultado Patrimonial de 2019 em comparação a 2018 de aproximadamente 13,98%.

	2019	2018	AV
01- VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)			
02- Total da VPA	430.211.581,00	441.120.001,06	-2,47
03- VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)			
04- Total da VPD	337.795.079,55	360.037.710,22	-6,18
05- Resultado Patrimonial	92.416.501,45	81.082.290,84	13,98

Execução Restos a Pagar

Notas 31 e 32 – Inscrição de Restos a Pagar Processados e não Processados:

No fim de cada exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas serão inscritas em restos a pagar, e distinguem-se em dois tipos: os restos a pagar processados (despesas já liquidadas) e os não processados (despesas a liquidar ou em liquidação). Do total de inscrições de restos a pagar processados 2019 em relação a 2018 constata-se um aumento de 92,83%, já os restos a pagar não processados representou em variação de aproximadamente 76,52 %, informamos que a composição de restos a pagar são provenientes, na sua maioria, de saldos de empenhos devidos aos prestadores de serviços do Coren/SP. Acompanha o quadro principal do Balanço Orçamentário, os quadros da execução dos Restos a Pagar Não Processados e execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados.

	2019	2018	AH
01- Inscrições em Restos a Pagar Processados	4.968.315,83	2.814.537,46	76,52%
02- Inscrições em Restos a Pagar não Processados	3.358.977,93	1.741.978,67	92,83%
03- Total	8.327.293,76	4.509.932,38	84,64%

COREN/SP

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2019

LRF, artigo 53, inciso V

CONTA	Inscrições Exercícios Anteriores		Liquidação	Movimentação 2019						Inscrição ao Final do Exercício 2019		Saldo para 2020	
	Processados	Não Processados		Pagamentos		Cancelamentos		Prorrogado		Processados	Não Processados	Processados	Não Processados
				Processados	Não Proces.	Processados	Não Proces.	Processados	Não Proces.				
VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	1.210.454,99	489.353,33	489.353,33	1.210.454,99	489.353,33	-	-	-	-	1.723.016,98	-	1.723.016,98	-
Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas	1.210.454,99	489.353,33	489.353,33	1.210.454,99	489.353,33	-	-	-	-	1.723.016,98	-	1.723.016,98	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	578.659,53	2.607.024,77	1.560.056,73	534.990,35	1.560.056,73	-	386.317,22	43.669,18	660.650,82	987.640,57	3.471.380,95	987.640,57	3.190.598,41
Transferências da Intragovernamentais	221.348,34	-	-	221.348,34	-	-	-	-	-	40.139,48	-	40.139,48	-
Outras despesas Correntes - Aplicações Diretas	357.311,19	2.607.024,77	1.560.056,73	313.642,01	1.560.056,73	-	386.317,22	43.669,18	660.650,82	947.501,09	3.471.380,95	947.500,19	3.190.598,41
INVESTIMENTOS	-	157.560,81	130.051,45	0	130.051,45	-	27.509,36	0	-	691.989,56	2.157.585,70	691.989,56	2.157.585,70
Investimentos - Aplicações Diretas	-	157.560,81	130.051,45	0	130.051,45	-	27.509,36	0	-	691.989,56	2.157.585,70	691.989,56	2.157.585,70
TOTAL	1.789.114,52	3.253.938,91	2.179.461,51	1.745.445,34	2.179.461,51	-	413.826,58	43.669,18	660.650,82	3.402.647,11	5.628.966,65	3.402.647,11	5.348.184,11

Nota: Restos a Pagar Não Processados Liquidados e não pagos e não cancelados terão seus valores inseridos na coluna de Prorrogação de Processados.

Notas Explicativas

Nota 33 – Saldo em Espécies do Exercício Anterior:

Comparando o Saldo em Espécies Exercício Anterior verifica-se um crescimento de 50,86%, sendo que a composição deste grupo de contas é representado pelas disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa de curtíssimo prazo como aplicações financeiras em CDB, Caderneta de Poupança e Saldos em Contas Correntes.

	2019	2018	AH
01- Saldo em espécie do Exercício Anterior	55.056.381,95	36.494.089,28	50,86%
02- Caixa e Equivalente de Caixa	54.043.399,62	35.861.114,29	50,70%
03- Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados	1.012.982,33	632.974,99	60,04%

Nota 34 e 35 – Pagamentos de Restos a Pagar Processados e não Processados:

	2019	2018	AH
01- Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	2.179.461,51	2.006.289,91	8,63%
02- Pagamentos de Restos a Pagar Processados	1.745.445,34	2.093.438,25	-16,62%
03- TOTAL	3.924.906,85	4.099.728,16	-4,26%

Quando comparamos os pagamentos de restos a pagar processados e não processados em 2019, notamos uma redução de 4,26% quando comparados com ao exercício 2018, sendo que o maior destaque se refere aos restos a pagar processados representado por uma redução de 16,62% em relação ao exercício 2018.

Nota 36 – Saldo em Espécies para o Exercício Seguinte:

Comparando o Saldo em Espécies Exercício Seguinte verifica-se um crescimento de 42,36% de 2018 para 2019 devido ao aumento nos saldos das disponibilidades financeiras representadas por caixa e equivalentes de caixa de curtíssimo prazo como aplicações financeiras em CDB, Caderneta de Poupança e Saldos em Contas Correntes.

	2019	2018	AH
01- Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	78.377.495,26	55.056.381,95	42,36%
02- Caixa e Equivalente de Caixa	77.192.796,80	54.043.399,62	42,83%
03- Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados	1.184.698,46	1.012.982,33	16,95%

Nota 37 – Geração de Caixa e Equivalentes de Caixa:

	dez/19	dez/18	AH(%)
01- Atividades Operacionais	24.115.534,45	18.749.379,36	28,62%
02- Atividades de Investimentos	-978.717,27	-567.094,03	72,58%
03- Atividades de Financiamento			
04- Total	23.136.817,18	18.182.285,33	27,25%

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período no exercício de 2019 o valor foi superavitário de R\$ 23.136.817,18 e houve um acréscimo de 27,25% em comparação a 2018 que também foi superavitário em R\$ 18.182.285,33, portanto obtivemos um aumento do superávit, quando comparamos 2019 a 2018, no montante de R\$ 4.954.531,85.

Créditos

A elaboração deste Relatório de Gestão contou com a contribuição das seguintes áreas do Coren-SP:

Presidência

Diretoria

Preparo e disponibilização das informações

- Controladoria Geral
- Corregedoria
- Gabinete da Presidência
- Gerência Administrativa
- Gerência de Atendimento ao Profissional
- Gerência de Comunicação
- Gerência de Compras e Contratos
- Gerência Coren-SP Educação
- Gerência de Fiscalização
- Gerência Financeira/ Contabilidade
- Gerência Gestão de Pessoas
- Gerência Jurídica- Dívida Ativa
- Gerência de Tecnologia da Informação

Execução

- Chefe de Gabinete da Presidência
- Gerente Executivo Administrativo
- Gerente Financeiro
- Coordenador da Contabilidade
- Coordenador do Suporte da Área de TI
- Designer Gráfico da Gerência de Comunicação
- Créditos das imagens:
 - Página 1: nensuria/ freepik
 - Páginas 6, 19, 23: 8photo/ freepik
 - Página 12: jcomp/ freepik
 - Página 56: snowing/ freepik

Relatório de Gestão 2019



Coren^{SP}
Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo